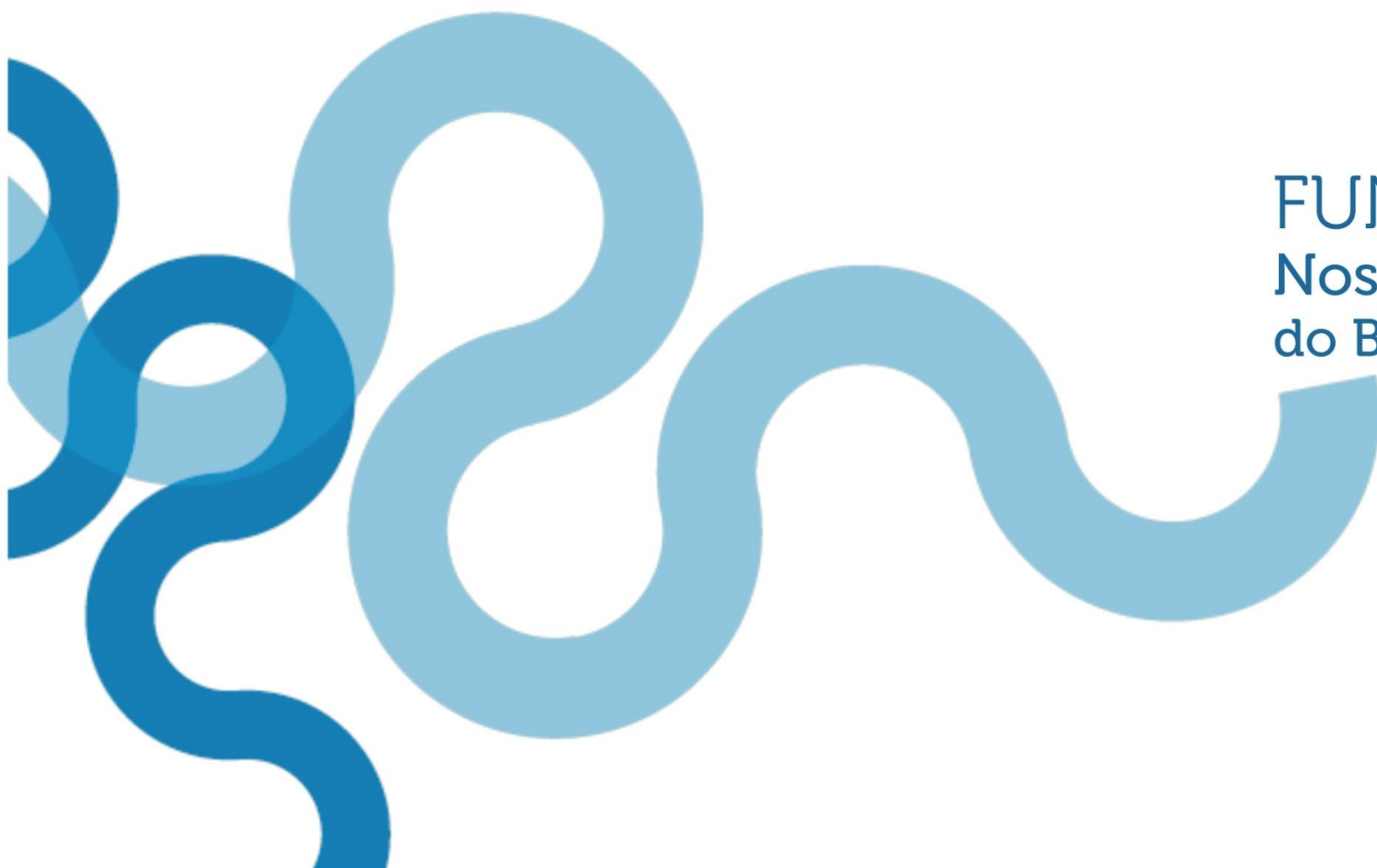
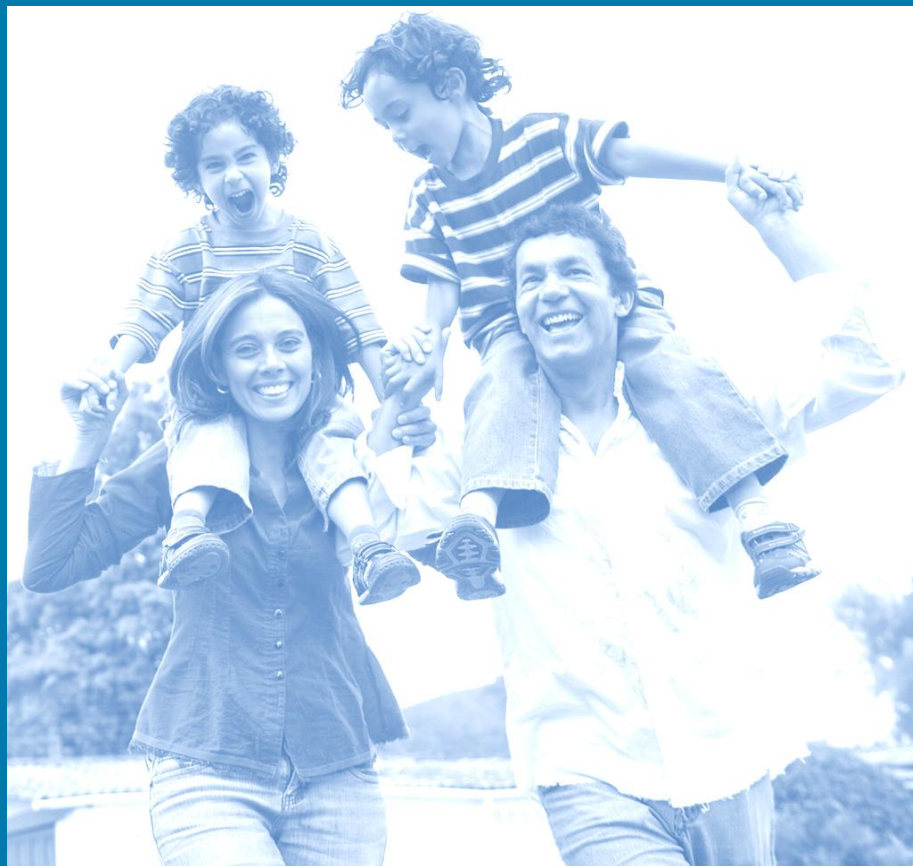


2020

RELATÓRIO & CONTAS

FUNDAÇÃO
Nossa Senhora
do Bom Sucesso





	Pág.
ÍNDICE	1
ÍNDICE DE QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS	2
INTRODUÇÃO	3
I - RELATÓRIO DE ATIVIDADES	4
1. O Ano 2020	5
1.1. A NECESSIDADE DE INSPIRAR E DINAMIZAR REDES AO NÍVEL DA PROMOÇÃO DA SAÚDE E DA PREVENÇÃO, COM UMA APOSTA PREFERENCIAL NOS PRIMEIROS ANOS DE VIDA	6
1.2. PROMOVER O <i>EMPOWERMENT</i> DO CIDADÃO E DAS FAMÍLIAS, NA GESTÃO DA SUA PRÓPRIA SAÚDE E PREVENÇÃO DA DOENÇA	9
1.3. PROMOVER O CRESCIMENTO DA ATIVIDADE DE SAÚDE, EM EQUILÍBRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO	12
1.4. A URGÊNCIA DE APOIAR AS CRIANÇAS E JOVENS QUE PASSAM POR INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO	16
2. UMA CULTURA DE CRIAÇÃO DE VALOR PARTILHADO E DE ORGANIZAÇÃO APRENDENTE	21
II - SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	23
1. A ENVOLVENTE E A FUNDAÇÃO	
– A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE MACROECONÓMICO	24
2. A EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA FUNDAÇÃO	26
2.1. RESULTADO LÍQUIDO E RESULTADO OPERACIONAL	27
2.2. O BALANÇO	32
3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	33
3.1. BALANÇO EM 31.12.2020	33
3.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	33
3.3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	34
3.4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	35
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	36
4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	51
ÓRGÃOS SOCIAIS	52
ANEXO 1 – MAPA ESTRATÉGICO 2020 - 2025	55
ANEXO 2 – EARLY CHILD DEVELOPMENT - FOCUS GROUP	56
ANEXO 3 – CALL FOR PAPERS - FIRST YEARS COUNT!	66
ANEXO 4 – PROTOCOLO DE ATENDIMENTO COM SEGURANÇA	68

ÍNDICE DE QUADROS

Pág.

QUADRO I	BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	33
QUADRO II	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	33
QUADRO III	DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	34
QUADRO IV	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	35

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	DISTRIBUIÇÃO DAS CRIANÇAS/JOVENS POR CASA DE ACOLHIMENTO	17
GRÁFICO 2	DISTRIBUIÇÃO DAS CRIANÇAS/JOVENS POR CASA E GRUPO ETÁRIO	17
GRÁFICO 3	DISTRIBUIÇÃO DAS CONSULTAS A CRIANÇAS/JOVENS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO, POR ESPECIALIDADE E TIPO DE CONSULTA	18
GRÁFICO 4	DISTRIBUIÇÃO DAS CONSULTAS DE RASTREIO POR PROGRAMAS DE SAÚDE (PADRÃO DAS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO)	19
GRÁFICO 5	EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO E DA PROCURA INTERNA (VOLUME) – 1996 – 2020	24
GRÁFICO 6	PIB (VOLUME) E EMPREGO TOTAL (INDIVÍDUOS) – TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL, %	24
GRÁFICO 7	RESULTADOS LÍQUIDOS (2001-2020)	27
GRÁFICO 8	RENDAS COBRADAS (2011-2020)	29
GRÁFICO 9	ESTRUTURA DA RECEITA TOTAL (2019-2020)	30
GRÁFICO 10	EVOLUÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES (2013-2020)	30
GRÁFICO 11	EVOLUÇÃO E ESTRUTURA DE CUSTOS TOTAIS (2019-2020)	31

ÍNDICE DE FIGURAS

Pág.

FIGURA 1	CRONOGRAMA DA CAMPANHA ECD (2020-2021)	7
FIGURA 2	NECESSIDADE DE PARCEIROS ESTRATÉGICOS E DA TECNOLOGIA PARA RESPOSTA AO DESAFIO ESTRATÉGICO	9
FIGURA 3	MODELO DE SAÚDE INFANTIL DA FUNDAÇÃO, SEUS DETERMINANTES E SEUS RESULTADOS	13
FIGURA 4	ESQUEMA DO MODELO DE VIGILÂNCIA DE SAÚDE DA FUNDAÇÃO (CRIANÇAS E JOVENS)	14

INTRODUÇÃO

O ano de 2020 foi o primeiro de um novo ciclo estratégico de seis anos no qual a Fundação assume como desafio o de colaborar na dinamização, em Portugal, de um ecossistema promotor de uma sociedade mais saudável e sustentável.

Mantendo-se fiel à missão traçada em 1951 pelos seus fundadores – Sra. D. Maude e Sr. Manuel de Queiroz Pereira - a Fundação assume como Visão 2025:

Ser referência num modelo de saúde infantil, promotor da saúde e do desenvolvimento humano, numa sociedade consciente da importância do investimento nos primeiros anos de vida e na promoção da saúde.

Para tanto comprometeu-se a partilhar e levar a mais beneficiários o modelo de saúde infantil que tem protagonizado, sabendo, no entanto, que tal não será suficiente para o despertar da sociedade portuguesa para uma economia do bem-estar, na qual a valorização dos primeiros anos de vida, com uma saúde e educação de qualidade, tem um contributo decisivo. Este despertar depende do envolvimento ativo de outros e muitos parceiros e atores, da produção e partilha de conhecimento, de uma visão partilhada sobre os problemas e as potenciais soluções, de infraestruturas comuns, de novas fórmulas de comunicação e de novos modelos de negócio (nos quais as lógicas de longo prazo tenham lugar e encontrem forte retorno para os investimentos).

Preparando esta dinâmica e a par da tomada de medidas tempestivas de gestão por força da eclosão da pandemia da COVID 19, o ano de 2020 foi particularmente intenso, obrigando a inovar, a reposicionar, a conter, a recriar...

2020 foi apenas um ano. Mas não deverá ter sido, por tudo isso e na vida da Fundação, apenas mais um ano. Nele abriram-se as fundações de mais futuro!





I - Relatório de Atividades

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. O Ano 2020

O ano de 2020 foi o primeiro ano de um novo Plano Estratégico da Fundação o qual visa orientar a sua atuação até ao termo do ano de 2025.

Nesse horizonte temporal, a Fundação espera ter conseguido iniciar um processo de mobilização da sociedade portuguesa em torno da importância crítica dos primeiros anos de vida (e em especial da questão da saúde e do bem-estar infantil), como fator promotor da saúde ao longo da vida e da sustentabilidade da sociedade, aos níveis social e económico (ver Mapa Estratégico em anexo 1).

Nessa Visão, em 2025, todos seremos mais informados, compreenderemos melhor os determinantes da saúde, as correlações entre saúde e economia, seremos mais capazes de optar por estilos de vida mais saudáveis e daremos mais prioridade ao investimento que fazemos nos primeiros anos de vida, nomeadamente na saúde.

Espera-se ainda que a literacia em saúde tenha aumentado significativamente em toda a nossa sociedade e que esse processo tenha sido apoiado pela literacia e pelo desenvolvimento tecnológicos. Neste campo, bem como no da promoção de um ecossistema (no qual interatuam pessoas, organizações- públicas, privadas, sociais- e a academia) promotor de uma sociedade mais saudável e sustentável, estarão os principais desafios colocados ao desenvolvimento e ao contributo da Fundação para o Bem Geral neste período.

“As sociedades sustentáveis só podem ter um futuro próspero quando as suas crianças estiverem seguras, educadas e saudáveis”

UNICEF (2016), The state of the world’s children 2016
– A fair chance for every child

1.1. A NECESSIDADE DE INSPIRAR E DINAMIZAR REDES AO NÍVEL DA PROMOÇÃO DA SAÚDE E DA PREVENÇÃO, COM UMA APOSTA PREFERENCIAL NOS PRIMEIROS ANOS DE VIDA

No quadro de um Plano Estratégico articulado em três ciclos, o ano de 2020 integra o primeiro destes que decorre sob o mote **DESPERTAR/INTERPELAR**.

Nesse contexto específico, 2020 surge como o ano preparatório de uma estratégia de mobilização social que visa congregar e atrair, a uma nova dinâmica, múltiplos atores – aqueles que como a Fundação estão cientes da importância crítica da infância para o desenvolvimento humano e da sociedade e o resto da sociedade que, certamente, exposta a evidências científicas e a práticas inspiradoras, melhor poderá compreender esta realidade.

Com este propósito específico a Fundação caracterizou a realidade portuguesa, no quadro de dinâmicas proporcionadas pela EUROCHILD¹, pela EUROHEALTHNET² e pela Comissão Europeia, tendo conseguido que Portugal fosse selecionado (pela evidência dos indicadores disponíveis e também pelos em falta) para ser alvo, em

2021, de uma campanha europeia, inicialmente prevista para 10 países.

Neste quadro a Fundação veio a assinar, em setembro de 2020, um memorando de entendimento com o consórcio promotor (que envolve a EUROCHILD, a *International Step by Step Association* (ISSA)³, contando ainda com o apoio da *European Public Health Alliance* (EPHA)⁴ e o *Roma Education Fund* (REF)⁵, assumindo o compromisso de liderar a campanha *Early Child Development* (ECD) no ano de 2021 em Portugal.

No essencial, a visão da campanha, materializa-se na ambição de influenciar políticas públicas e investimentos, de modo a proporcionar a todas as crianças (especialmente àquelas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade) o ambiente protetor, estimulante e seguro, necessários ao seu desenvolvimento harmonioso.

¹ A Fundação é membro efetivo da Eurochild desde abril de 2019. A Eurochild é uma rede de organizações e pessoas individuais que trabalham com e pelas crianças na Europa. <https://www.eurochild.org/>

A Fundação deu o seu contributo para o relatório “Growing up in lockdown: Europe’s children in the age of COVID-19 – 2020 Eurochild Report”, publicado em novembro de 2020, em que a situação nacional se encontra a partir da página 127. Disponível em <https://eurochild.org/uploads/2020/12/2020-Eurochild-Semester-Report.pdf>

² A Fundação é membro associado da EuroHealthNet desde o final do ano de 2018. A EuroHealthNet é uma rede europeia de organizações, agências e órgãos governamentais que trabalham em saúde pública, na prevenção da doença, na promoção da saúde e na redução das desigualdades em saúde. <https://eurohealthnet.eu/>

³ A *International Step by Step Association* é uma rede regional para a primeira infância que, através dos seus serviços e programas, faz a ligação entre a prática, a investigação e as políticas para melhorar a qualidade dos sistemas dedicados à primeira infância na Europa e Ásia Central. <https://www.issa.nl/>

⁴ A *European Public Health Alliance* é a principal rede europeia de Organizações Não Governamentais na defesa de uma melhor saúde para todos na Europa. <https://epha.org/>

⁵ O *Roma Education Fund* tem como missão diminuir as diferenças dos resultados educativos entre as comunidades ciganas e não ciganas. <https://www.romaeducationfund.org/>

As principais ações projetadas para a campanha e o respetivo cronograma são os indicados na figura seguinte.

PROJECT: FIRST YEARS COUNT!	2020							2021								
OS PRIMEIROS ANOS CONTAM!	Jun	Jul	Aug	Sep	Oct	Nov	Dec	Jan	Feb	Mar	Apr	May	Jun	Jul	Ago	Sep
Work priority 1 Building a national coalition of civil society and colleting ECD knowledge, practices and policies	A1: Involvement of the 15 entities potential partners															
	A2: Put the first years on agenda															
	A3: Call for Papers FIRST YEARS COUNT!															
Work priority 2 Country profile	A1: Preparation															
	A2: Promotion															
Work priority 3 European Semester / National Advocacy	A1: Provide national inputs and leverage national recommendation at country level															
	A2: raising awareness to National Policy Makers/Head of State Government															
Work priority 4 Branding	Portuguese supports															
Work priority 5 Advocacy and Communication	A1: The Big Meeting															
	A2: Building a Microsite linked to official campaign Website															
Work priority 6 Management and Reporting	A1: Colleting documental evidence and 2 reports writing															
	A2: Campaign workplan / budget / MoU															

FIG. 1 – Cronograma da Campanha ECD (2020-2021)

No ano de 2020, neste âmbito, foram ainda promovidas de acordo com o previsto no cronograma, nomeadamente as seguintes ações:

- Promoção e realização, em 17 de novembro, de um *Focus Group* preparatório envolvendo especialistas de cinco entidades, tendo em vista o mapeamento do tema, o estado da arte em Portugal e as necessidades de desenvolvimento do país no âmbito da temática- desenvolvimento infantil (ver participantes e principais conclusões em anexo 2).
- Lançamento em novembro/2020 de uma *Call for Papers* a toda a academia no intuito de reunir a investigação recente elaborada em Portugal sobre o tema (desenvolvimento infantil e respetivas políticas, práticas e impactos) (ver Guia Call for Papers em anexo 3).
- Participação nas dinâmicas do projeto associadas à produção dos Relatórios/recomendações no âmbito do *European Semester* (da responsabilidade da Comissão Europeia); desenho e seleção dos indicadores associados ao *Country Profile* (que os 9 países⁶ envolvidos na campanha elaborarão de acordo com o mesmo formato); e contributos para o *branding* internacional da campanha.
- Estabelecimento de uma parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian, assegurando-se, por essa via e nas respetivas instalações, o evento corolário da campanha -em 17 de setembro de 2021- no qual culminarão as dinâmicas a desenvolver durante todo o período.
- Abordagem e consolidação dos dois primeiros parceiros a integrar a coligação nacional que dará voz à campanha

⁶ Além de Portugal, estão envolvidos nesta campanha a Bulgária, a Espanha, a Finlândia, a França, a Hungria, a Irlanda, a Roménia e a Sérvia.

(Instituto de Apoio à Criança e Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens).

- f. Divulgação e participação no lançamento europeu da campanha que teve lugar no dia 15 de dezembro de 2020.
- g. Preparação da estratégia de convite e envolvimento na coligação nacional de um núcleo fundamental e robusto de outros parceiros.

Uma nota final: a equipa da Fundação superou, através da atração desta dinâmica europeia para Portugal, o constrangimento verificado no período 2020-2021 de diminuição das verbas disponíveis de mecenato, substituindo por esta estratégia outras equacionadas em sede de Plano Estratégico para este conjunto de anos, e que compreendem, nomeadamente, a possibilidade de criação de um Prémio de Desenvolvimento Infantil em Portugal.

A dinâmica inserta na campanha pode ainda facilitar a recolha de estudos e a estimulação (se bem que tímida) da investigação no domínio do desenvolvimento infantil, bem como dos seus investimentos e respetivos impactos.

Todo o material a recolher durante a campanha pode permitir também uma sistematização fundamental para os passos seguintes, quer o mesmo seja proveniente da *Call For Papers*, quer de outros estudos e publicações já produzidos anteriormente pelas organizações parceiras que integrem a coligação nacional.

Após a promoção da realização em 2018/2019 de um estudo preliminar de revisão de literatura com a Universidade Nova⁷ a Fundação promoveu ainda, durante o ano 2020, um estudo qualitativo (também da responsabilidade da mesma entidade), que visou recolher testemunhos, perceções e eventuais impactos, e incidiu sobre algumas das famílias beneficiárias do modelo de saúde da Fundação há pelo menos três gerações.

Este conjunto de iniciativas constituem, no entanto, apenas os primeiros passos para que, a médio/longo prazos, se possa vir a dinamizar uma produção de informação relevante que apoie a evolução de modelos económicos de empresas, seguradoras e estado, numa ótica favorável ao investimento em saúde pública e prevenção da doença (a que Portugal não dedica mais do que 1,7% da despesa de saúde⁸).

first years
first priority



⁷ Os resultados deste estudo foram publicados em e-book disponível em https://fnsbs.pt/images/livros/Intervir_na_infancia_resultados_em_saude_escolaridade_social_economia.pdf

⁸ Dados referentes a 2018 – Fonte: PORDATA [https://www.pordata.pt/Europa/Despesa+em+cuidados+de+sa%C3%Bade+total+e+por+tipo+de+fun%C3%A7%C3%A3o+\(Euro\)-1295](https://www.pordata.pt/Europa/Despesa+em+cuidados+de+sa%C3%Bade+total+e+por+tipo+de+fun%C3%A7%C3%A3o+(Euro)-1295), acedido em 26/01/2021

1.2. PROMOVER O *EMPOWERMENT* DO CIDADÃO E DAS FAMÍLIAS, NA GESTÃO DA SUA PRÓPRIA SAÚDE E PREVENÇÃO DA DOENÇA

No modelo de saúde protagonizado pela Fundação a educação para a saúde e o *empowerment* das famílias (e de cada um dos seus membros), na gestão da sua própria saúde, é um elemento central. Por esse motivo, desde sempre, a Fundação valorizou na sua estratégia o papel da enfermeira de família (como gestora de caso e de cliente e como elemento de ligação entre todos os profissionais de saúde que interatuam no modelo e com o utente).

Sem prejuízo desse papel, que se pretende preservado e se reputa de fundamental, os desafios colocados no novo período estratégico prendem-se com uma maior exploração do potencial das novas tecnologias de comunicação e informação colocadas ao serviço deste mesmo objetivo.

No ano de 2020 foi por isso valorizada e aprofundada a experiência da PEDIPEDIA- Enciclopédia Pediátrica On-line lançada em 2018⁹ -, tendo a Fundação participado, em parceria com outros promotores na produção de conteúdos digitais, na divulgação do respetivo site e nas experiências de avaliação iniciadas no ano.



Figura 2 - Necessidade de parceiros estratégicos e da tecnologia para resposta ao desafio estratégico

⁹ Disponível gratuitamente no nosso site <https://fnsbs.pt/recursos.html> e o site da Pedipédia <https://pedipedia.org/>.

Por outro lado, e no intuito de se adotar uma APP (aplicação) que facilite e melhore a experiência e a informação disponibilizada aos utentes da Fundação e de modo a contribuir para este mesmo objetivo, foram efetuados no decurso do ano de 2020 investimentos na infraestrutura de suporte e em duas atualizações das versões do *software* utilizado na operação e gestão dos serviços de saúde- o MedicineOne, visando, na fase seguinte, customizar-se a APP que o sistema irá disponibilizar a curto prazo.

Por força dos constrangimentos criados pelos sucessivos estados de emergência que foram considerados necessários como meio de resposta à pandemia da COVID-19, é ainda de destacar o facto de, no ano, a Fundação ter tido a necessidade de adotar sistemas de tele-aconselhamento e de teleconsulta como meio de assegurar a continuidade da vigilância de saúde e de terapias aos seus utentes, sempre que tal se revelou adequado.

Tal sucedeu num conjunto alargado de especialidades: Psicologia, Terapia da Fala, Pedopsiquiatria, Otorrinolaringologia, Imuno-alergologia, Saúde Infantil e Saúde Familiar. Trata-se, pois, de uma atividade não planeada para o ano, mas realizada com sucesso e que permitiu fortalecer a relação de confiança com a instituição.

Contribuíram ainda para a consecução deste objetivo outras medidas tomadas desde março de 2020, nomeadamente:

- i) Um maior desenvolvimento de recursos interativos disponibilizados no site da Fundação, promotores de uma maior literacia em saúde, mas também sobre a doença COVID-19, dada a sua premência;
- ii) Uma maior utilização das redes sociais como ferramenta de disseminação, designadamente com a abertura, no ano, da página da Fundação no Facebook;



- iii) A criação de uma Linha de Apoio Psicológico, disponível gratuitamente para utentes e sociedade em geral, tendo presente os efeitos colaterais na saúde mental da população do contexto pandémico;
- iv) A dinamização do Programa de Preparação para a Parentalidade, bem como de outras sessões formativas de educação para a saúde dirigidas a novos parceiros e públicos, de base digital. Constitui um bom exemplo desta última a sessão sobre o SONO INFANTIL dirigida em novembro de 2020 a pais de crianças a frequentar os equipamentos educativos da APIA – Associação de Proteção à Infância da Ajuda.



“Do ponto de vista de criança lembro-me de ser criança e o que gostava da Fundação é que... pelo menos eu lembro-me dos meus amigos ou colegas falarem que iam ao hospital e não-sei-quê, para mim hospital não sei, não sabia muito bem o que é que era hospital porque sempre fui seguida aqui, vou à consulta de dentista, vou à consulta dos olhos, vou à consulta dos ouvidos, vou à consulta... portanto, eu sempre achei que tinha um seguimento... ou pelo menos eu vou ver os meus registos e está lá tudo certinho, e amigos meus não sabem o que é que é estas consultas, não tinham esta rotina. (...) aqui é-nos sugerido muita coisa, há um planeamento e eu gostei muito disso.”

(Testemunho de utente na 3ª geração)

1.3. PROMOVER O CRESCIMENTO DA ATIVIDADE DE SAÚDE, EM EQUILÍBRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO

Ao nível do acesso a cuidados de saúde de qualidade, Portugal apresenta algumas debilidades importantes:

- a) Um sistema dual e não focado na prevenção e no acesso em tempo. Apesar do acesso universal consagrado constitucionalmente e materializado no âmbito do Serviço Nacional de Saúde (SNS), facto é que, para uma consulta de especialidade (só disponível no âmbito hospitalar), as listas de espera já eram, antes da pandemia, de meses ou anos, podendo comprometer e comprometendo mesmo a viabilidade de deteção e intervenção precoces, bem como a total recuperação, possível noutro cenário para muitas crianças. Quem tem acesso a seguros ou outros sub-sistemas (caso por exemplo da ADSE) tem a possibilidade de superar estas listas de espera e daí a dualidade referida, ou seja, regimes diferenciados de acesso no seio da sociedade portuguesa, deixando privada, de cuidados em tempo, a população de menores recursos.
- b) Mesmo no âmbito da oferta privada de saúde a prioridade da abordagem é o foco na doença e no seu tratamento, não havendo em regra rastreios programados para crianças que permitam a deteção precoce de desvios no processo de desenvolvimento e a sua estimulação/recuperação precoces. Muitas vezes é perante os sinais de insucesso escolar que pais e educadores pedem esses rastreios, já finda a janela de maior oportunidade de intervenção.

- c) Um dos maiores níveis de pagamento direto de despesas de saúde (*out-of pocket*) por parte das famílias no espaço europeu – de 30%¹⁰.

Com uma população residente em Portugal de cerca de 10,3 milhões de pessoas¹¹, tendo 17,7% destas até 18 anos (inclusive) e 4,2% até 5 anos, importa ainda ter presente que 22,3% destas crianças e jovens se encontram em risco de pobreza ou exclusão social¹², ou seja, não tem nenhuma possibilidade de custear diretamente serviços de saúde mesmo em caso de reconhecida necessidade por motivos de doença ou de *déficit* de desenvolvimento.

Por todos estes motivos, o modelo de saúde protagonizado pela Fundação desde 1951 mantém total pertinência como proposta de valor para a sociedade portuguesa.

Contém um modelo de saúde infantil, a par de outros existentes a nível europeu (com traços potencialmente transferíveis para outros sistemas e contextos) e que está alinhado com uma Teoria da Mudança muito próxima da detetada no estudo promovido pela Fundação em 2018/2019 e realizado pela NOVASBE¹³.

¹⁰ Sob a designação de *Out-of-Pocket* – Fonte: OECD/European Union (2020). *Health at a Glance: Europe 2020: State of Health in the EU Cycle*. OECD Publishing, Paris.

¹¹ INE (2019) – População residente (Nº), por Sexo, Idade e Naturalidade; Anual (disponível em www.ine.pt acedido em 26/01/2021

¹² INE (2019) – População residente em risco de pobreza ou exclusão social (%), por Sexo e Grupo Etário; Anual (disponível em www.ine.pt acedido em 26/01/2021

¹³ “Intervir na Infância: Quais os resultados nos domínios da saúde, escolaridade, social e económico)” e-book disponível em https://fnsbs.pt/images/livros/intervir_na_infancia_resultados_em_saude_escolaridade_social_economia.pdf

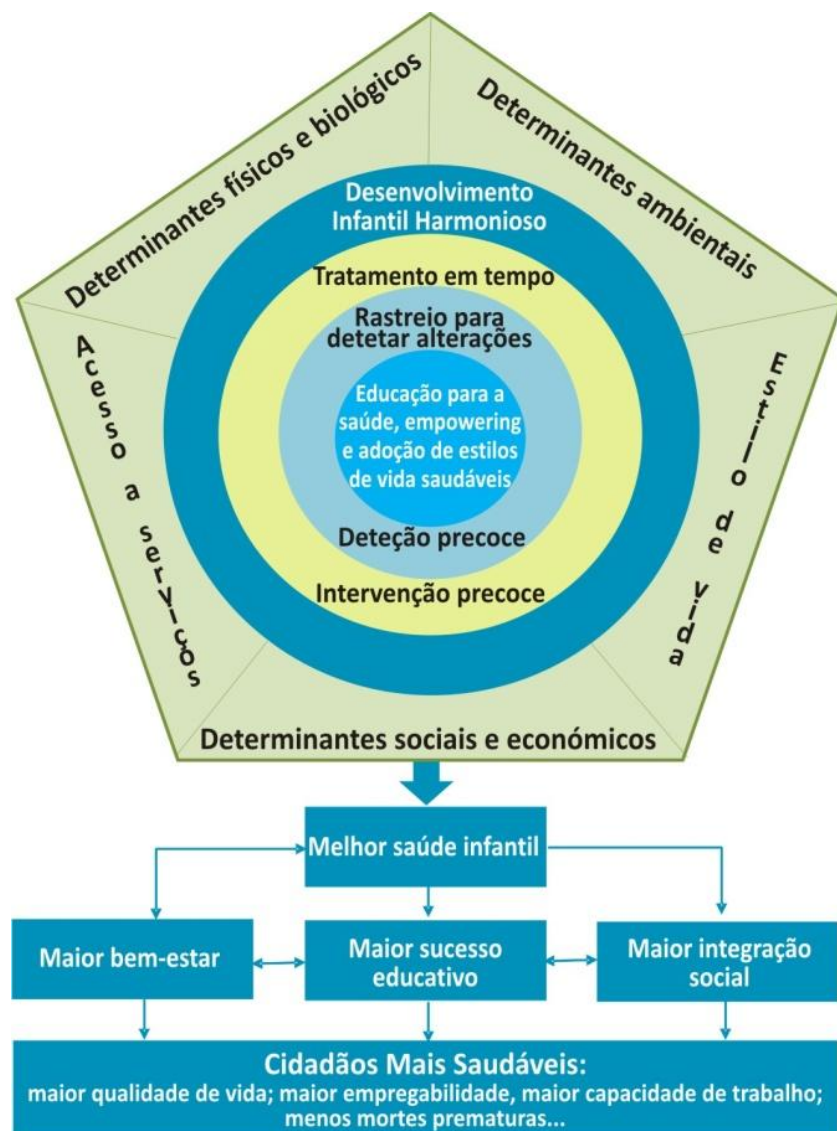


FIG. 3 – Modelo de Saúde Infantil da Fundação, seus determinantes e seus resultados

Ou seja, intervir mais cedo é melhor (os resultados na saúde ao longo da vida, na economia e na sociedade, são melhores quando a intervenção começa com o acompanhamento da gravidez) e intervir nos vários estádios de desenvolvimento também é melhor (do que uma intervenção apenas focada num só destes estádios).

Digno de destaque no âmbito deste estudo o seguinte:

- i) Entre os efeitos na saúde ao longo da vida o estudo constata potenciais correlações com uma menor incidência de doenças crónicas, facto muito significativo quando estas doenças representavam já (antes do contexto pandémico) 70% a 80% da despesa pública de saúde;
- ii) Entre os outros efeitos referem-se ainda: menores taxas de gravidez na adolescência, menor participação em atividades criminosas ao longo de toda a vida, menor desemprego, menor absentismo laboral, menor dependência de subsídios sociais, etc...

Como eventual consequência do ganho de pertinência do modelo de saúde protagonizado pela Fundação, constatou-se um crescimento paulatino de utentes (mais do que duplicação) e de atividade (este na ordem dos 50%), no período compreendido entre 2012 e 2019.

No ano de 2020, no entanto, e dada a pandemia que afetou o país desde 11 de março de 2020 (cerca de 9,5 meses do ano!), foi observado um crescimento de utentes de 10,9% no ano, apesar de se ter verificado um decréscimo global da atividade em 14,5%.

Esta tendência global de decréscimo da atividade, acompanhando a contenção da mobilidade da população deliberada nos sucessivos estados de emergência que vigoraram durante o ano, é contrariada, no entanto, em cinco especialidades/programas:

- a) Saúde Infantil, que regista um crescimento no ano próximo dos 7%;
- b) Pedopsiquiatria, também com um crescimento de 7%;
- c) Psicologia Adolescente, com um crescimento de 3%;
- d) Saúde Familiar, que cresce no ano cerca de 13%;
- e) Terapia Familiar, com um crescimento muito significativo (o arranque da atividade tinha-se verificado no ano anterior e que, visando atuar ao nível da dinâmica familiar, permite uma atuação ao nível das causas, determinantes de várias patologias);
- f) Saúde da maternidade (que intensifica fortemente a atividade no decurso do ano).

Por outro lado, é ainda quase insensível a quebra de atividade ao nível da Terapia da Fala e da Psicomotricidade. Com efeito, as especialidades que interatuam para assegurar um modelo de **intervenção precoce** de qualidade representam, no ano, 37% da atividade dos serviços de saúde da Fundação.

Considerando estes indicadores de atividade poderemos facilmente compreender que, para além da preocupação das famílias com a não interrupção de terapias já em curso (fala, psicoterapia, psicomotricidade) a Fundação foi percecionada como um espaço seguro para a continuidade dos programas de vigilância de saúde, a nível da saúde infantil, da saúde materna e da saúde familiar.

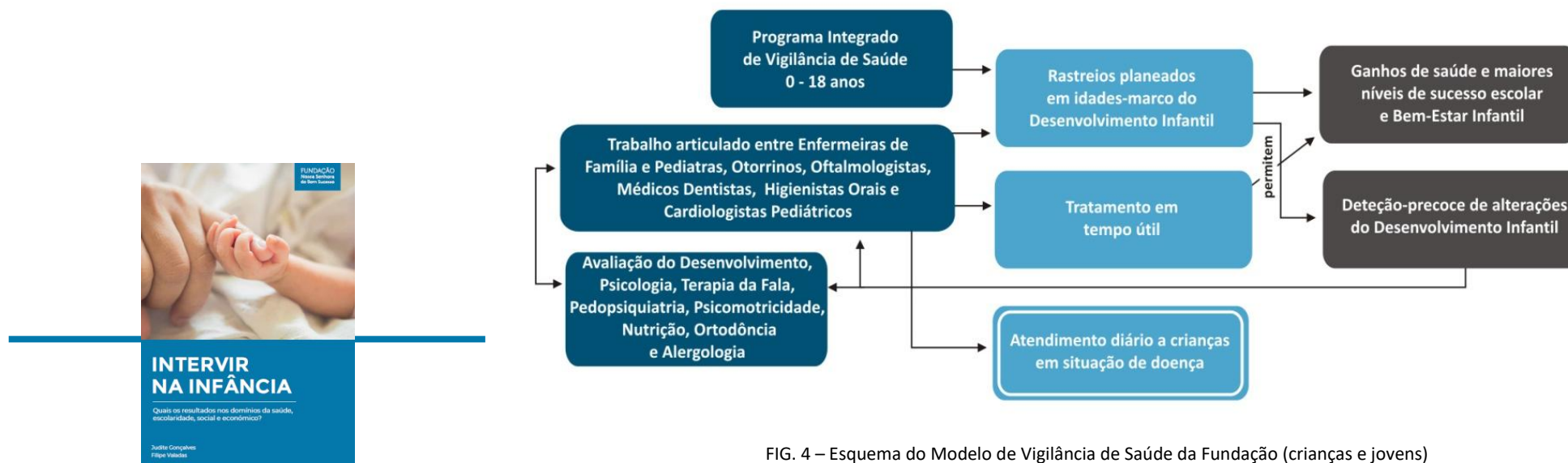


FIG. 4 – Esquema do Modelo de Vigilância de Saúde da Fundação (crianças e jovens)

Nessa medida poderemos concluir que, não se tendo cumprido a expectativa de crescimento pressuposta no Plano Estratégico de 5% para o ano para um cenário sem pandemia, no confronto com esta, não ficaram, no entanto, significativamente perturbadas ou comprometidas as atividades de saúde pública: vacinação, intervenção precoce e vigilância de saúde defendidas no modelo da Fundação.

Deste modo, 93% da atividade dedicada à saúde da mulher teve a natureza de rastreio, bem como nas consultas de saúde dirigidas às crianças:

- a) Entre 63% e 79% das atividades no âmbito da Saúde Infantil, Cardiologia Pediátrica e Saúde da Visão, foram rastreios;
- b) 30% da atividade desenvolvida no âmbito da saúde oral, ortopedia dento-facial e ortodôncia foi desta natureza também;
- c) Ao nível da saúde da audição, 26%;
- d) No âmbito da avaliação de desenvolvimento, 13%.

Prevenção da ambliopia precoce, de perdas de audição, da cárie dentária, de problemas de desenvolvimento infantil ou o rastreio do cancro do colo do útero, de ovários e da mama, são alguns dos objetivos prosseguidos nos programas de rastreios ajustados aos riscos específicos de cada pessoa e idade.

No contexto pandémico e dada a redução geral da mobilidade, toda esta atividade sofreu fortes constrangimentos. No entanto, a Fundação soube atender aos casos em que a dilação do prazo do rastreio devia ser evitada, proporcionando um ambiente seguro para a realização do mesmo.

Tendo em vista esse propósito foi realizado um forte investimento em equipamento de proteção individual e coletiva, bem como reforçados os circuitos de pré-triagem e triagem no acesso às instalações de saúde da Fundação (ver Protocolo de Atendimento em Segurança em anexo 4).

“Uma boa saúde não é só importante em si mesma. Uma boa saúde também promove o bem-estar pessoal, social e económico. Pessoas saudáveis criam comunidades saudáveis e contribuem para uma sociedade sólida, próspera e mais produtiva.”

OECD (2019), *Health at a Glance 2019: OECD Indicators*, OECD Publishing, Paris, p. 40.

1.4. A URGÊNCIA DE APOIAR AS CRIANÇAS E JOVENS QUE PASSAM POR INSTITUIÇÕES DE ACOlhIMENTO

Em Portugal existem (segundo dados de 2019) mais de 7.000¹⁴ crianças em situação de acolhimento. Em 2014 a FNSBS iniciou um apoio de vigilância de saúde e de estimulação do desenvolvimento a crianças acolhidas temporariamente (para definição do respetivo projeto de vida, uma vez retiradas às famílias de origem por decisão judicial) em três casas de acolhimento institucional da CrescerSer – Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família. Referimo-nos às Casas da Encosta (Carcavelos), do Parque (Outurela) e do Infantado (Loures), com capacidade para acolherem em simultâneo até 34 crianças, com idades compreendidas entre os 0 e os 12 anos e com um tempo médio de permanência nas Casas de cerca de 18 meses.

Desde essa altura (2014), várias foram as solicitações por parte de outras instituições para que as crianças/jovens que acolhem beneficiassem também dessa vigilância de saúde, tendo a Fundação acedido a todos os pedidos.

Assim, no ano de 2020, são já 19 os centros de acolhimento/lares de infância e juventude englobados neste projeto, a saber:

- Casa do Parque
- Casa da Encosta
- Casa do Infantado

- Casa da Ameixoeira
- Casa do Mar
- Casa do Gil
- Lar de Adolfo Coelho
- Lar Especializado Entre Mundos
- Casa da Luz
- Casa Maria Droste
- Casa das Fundadoras
- Casa Manuel Kac
- Casa Lions
- Casa Van Leer
- Casa Mello
- Casa Mardel Correia
- Casa Gmeiner
- Lar de S. Marçal
- Casa da Fonte

Além das crianças/jovens acolhidas em 2020 nestas instituições (167), a Fundação apoia a vigilância de saúde de outras (9) que estão em famílias de acolhimento, bem como as que, após institucionalização, estão em processo de adoção ou de regresso à família de origem (estas no seu período de transição). Assim, esta linha de atividade abrangeu, no ano, 176 crianças/jovens.

As crianças/jovens institucionalizadas distribuem-se da seguinte forma pelos 19 centros de acolhimento:

¹⁴ Instituto da Segurança Social, I.P. (2020). *Casa 2019 – Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*, p.9.

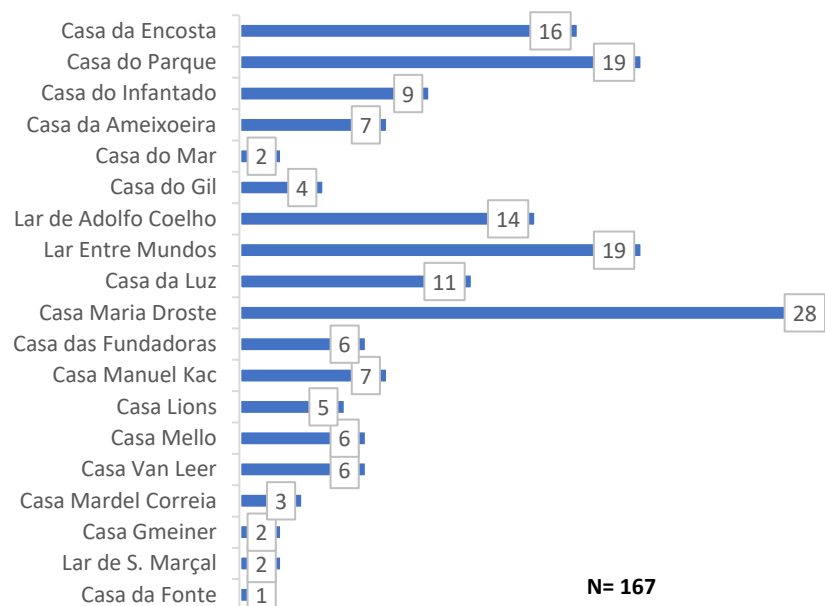


GRÁFICO Nº 1 – Distribuição das Crianças/Jovens por Casa de Acolhimento

E sendo o perfil etário das crianças de cada uma das Casas de Acolhimento muito distinto (ver gráfico seguinte) são também diversos os desafios que se colocam:

- i) ao nível da articulação e trabalho colaborativo com os respetivos profissionais;
- ii) ao nível da evolução da intervenção de saúde, especialmente com as instituições de acolhimento com forte presença de adolescentes e jovens.

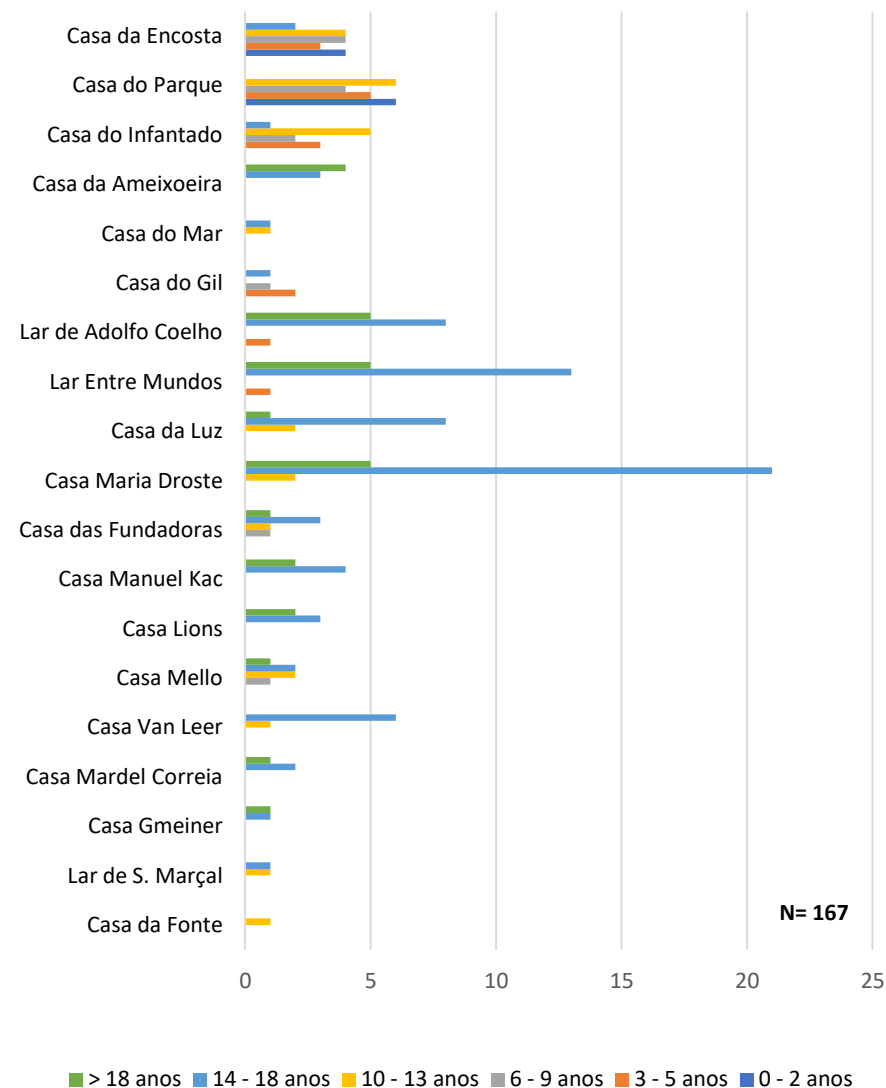


GRÁFICO Nº 2 – Distribuição das Crianças/Jovens por Casa e Grupo Etário

Do total de 176 crianças/jovens é de salientar que:

- 8 beneficiam dos serviços da Fundação pelo 7º ano consecutivo;
- 5 iniciaram a sua vigilância de saúde há 6 anos na Fundação;
- 2 vêm há Fundação pelo 5º ano consecutivo;
- 27 frequentam os nossos serviços há 4 anos;
- 35 vêm à Fundação pelo 3º ano consecutivo;
- 65 vêm há 2 anos aos nossos serviços;
- 34 iniciaram a vigilância na Fundação ao longo de 2020.

Quanto à distribuição etária das crianças e jovens beneficiários constata-se que:

- 9,1% tem entre 0 e 3 anos de idade;
- 6,2% tem entre 4 e 6 anos;
- 11,4% tem entre 7 e 11 anos;
- 39,2% tem entre 12 e 17 anos;
- 34,1% tem mais de 18 anos.

Das 913 consultas realizadas no ano de 2020 por estas 176 crianças e jovens:

- 52,8% foram de Psicologia (confirmando as necessidades de terapia e de reforço da sua resiliência, face aos acontecimentos adversos de que foram vítimas na infância);
- 18,3% foram de Higiene Oral e Medicina Dentária/Ortodôncia;
- 10,3% foram de terapia da fala;
- 4,9% foram de Saúde Infantil;

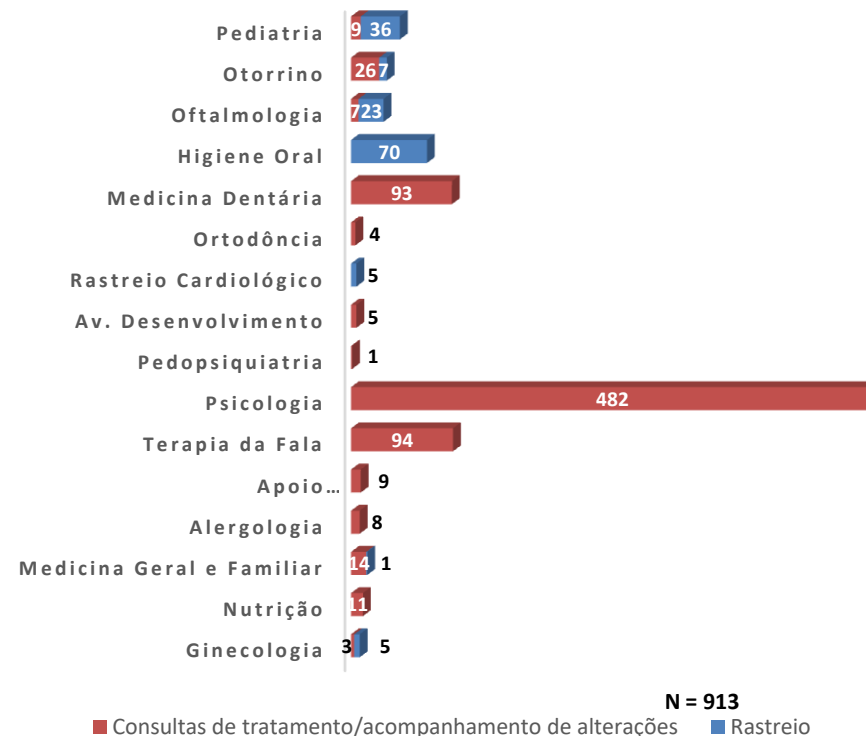


GRÁFICO Nº 3 – Distribuição das Consultas a Crianças/Jovens em Situação de Acolhimento, por Especialidade e Tipo de Consulta

- 3,3% foram de Saúde da Visão;
- 0,5% foram consultas de Avaliação de Desenvolvimento, todas realizadas por crianças com 1 a 7 anos de idade.

Além destas consultas, realizaram-se também 2 ecografias ginecológicas.

Por seu turno é de assinalar ainda que 16,1% do total de consultas realizadas foi de rastreio.

A distribuição percentual dos rastreios realizados por estas crianças e jovens regista como diferenças face ao padrão geral de vigilância da Fundação verificado no ano 2020:

- um maior peso relativo dos rastreios de saúde oral, representando estes, no caso presente, cerca de 36,2%% do total de rastreios realizado;
- também um maior peso dos rastreios de saúde da visão, que aqui representam 21,3%;
- um menor peso relativo, face ao padrão geral, dos rastreios de saúde infantil aqui representando 23,8%;
- uma maior representação relativa dos rastreios cardiológicos – aqui de 1,3%.

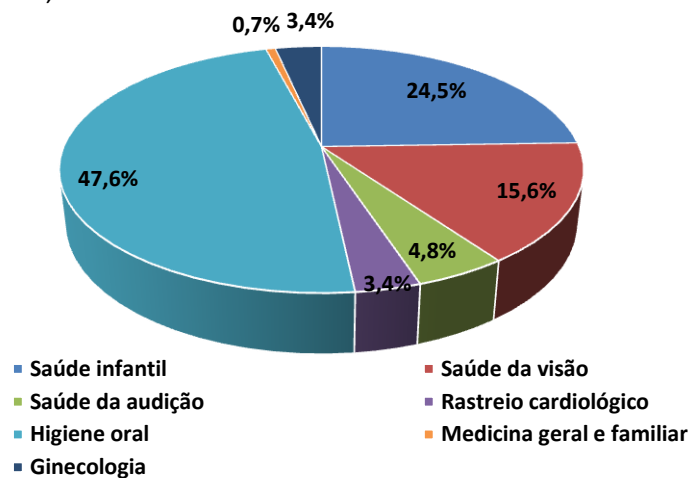


GRÁFICO Nº 4 – Distribuição das Consultas de Rastreio por Programas de Saúde (Padrão das Crianças em Situação de Acolhimento)

Centrados no propósito do projeto de promover o bem-estar e o desenvolvimento das crianças/jovens em situação de acolhimento, no ano de 2020, foi ainda mantido um interlocutor dedicado às instituições de acolhimento – uma enfermeira Gestora de Caso.

Em conclusão:

- Desde o início do projeto tem sido crescente o número de instituições de acolhimento que solicitam o apoio da Fundação (de 4 em 2014 a 19 em 2020), bem como o número de crianças beneficiárias (de 31 em 2014 a 176 em 2020);
- Contando com um cofinanciamento significativo da JB Fernandes Memorial Trust I (no período 2014-2016), da Fundação Montepio (de 2015 a 2018) e da *The Navigator Company* (desde 2017) tem sido possível assegurar um apoio continuado crianças e jovens em situação de acolhimento institucional;
- A procura de apoio por parte das instituições de acolhimento de adolescentes tem-se concentrado nas áreas em que o acesso às especialidades no âmbito do SNS é tendencialmente inexistente – Psicologia, Medicina Dentária e Oftalmologia. Idêntica tendência se verifica nas instituições de acolhimento de crianças, representando a proporção de consultas de Saúde Infantil e Avaliação de Desenvolvimento neste grupo de instituições 5,4% do total realizado.

Recorde-se a este propósito que o acesso a Pediatria nos Centros de Saúde do SNS é em regra inexistente e que a lista de espera nos hospitais para Avaliação de Desenvolvimento motiva tempos de espera não compatíveis com uma intervenção adequada em tempo, de apoio e estímulo ao desenvolvimento infantil;

- Dado o grau de necessidade destas crianças, a procura de apoio em intervenções de saúde por parte das respetivas instituições de acolhimento, incide maioritariamente sobre situações de doença ou de necessidade de intervenção terapêutica, representando os rastreios realizados menos de 1/5 do total das consultas.

Entre os desafios de desenvolvimento que se colocam com premência no âmbito do projeto contam-se:

- i) o estreitar do trabalho colaborativo com os profissionais das instituições de acolhimento e com as famílias de destino, reforçando competências e meios de promoção do bem-estar futuro destas crianças e o seu desenvolvimento integral como pessoas e cidadãos;

- ii) o reforço de meios terapêuticos, nomeadamente na área de arteterapia, dada a necessidade e proporção que representa a área de psicologia e de pedopsiquiatria, visando conferir maior eficácia à intervenção;
- iii) adequar a oferta disponível nomeadamente na área de saúde sexual e reprodutiva, tendo presente o crescente número de jovens e adolescentes.

“Sugiro disponibilizar apoio para jovens acolhidas que sejam maior de 18 anos”

Sugestão do Lar Adolfo Coelho

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2. UMA CULTURA DE CRIAÇÃO DE VALOR PARTILHADO E DE ORGANIZAÇÃO APRENDENTE

A Fundação assume uma cultura de Criação de Valor Partilhado e de Organização Aprendente, envolvendo na sua estratégia de atuação todos os *stakeholders*, potenciando a capacidade de promover pessoas, famílias, comunidades e uma sociedade mais saudáveis.

São sinais simbólicos mas expressivos deste envolvimento de *stakeholders*, no ano de 2020:

1) Traduzindo um compromisso com a aprendizagem, o desenvolvimento, os parceiros e a comunidade:

- A criação de condições para a realização de formação pós-graduada de três enfermeiras e da higienista oral da Fundação;
- O acolhimento e orientação, na Fundação, de quatro estagiários de psicologia, alunos finalistas do ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida (dois no ano letivo 2019/2020 e dois no ano letivo de 2020/2021) e quatro alunos do 4º. ano de enfermagem da Escola Superior de Enfermagem São Francisco das Misericórdias.

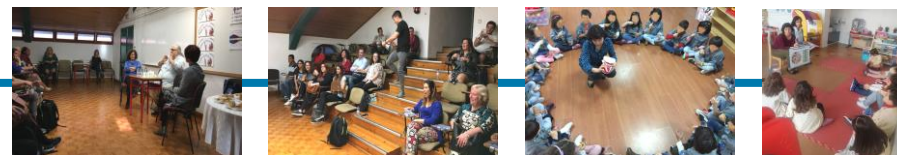
2) Traduzindo uma cultura de respeito pelos fornecedores, a renovação do selo de Compromisso Pagamento Pontual, emitido pela ACEGE (em parceria com o IAPMEI);

3) Traduzindo uma cultura de responsabilidade social e ambiental, a parceria com a H Sarah Trading, materializada na recolha de 618Kg de têxteis, permitindo, no ano, o desvio de aterro de mais de 546kg de resíduos têxteis, sendo reutilizáveis cerca de 492kg destes e reciclados 55kg de têxteis e outros;

4) Renovando o seu compromisso com a segurança das pessoas (colaboradores, clientes, inquilinos) que acolhe nas suas instalações, investiu em e reforçou medidas de auto-proteção, esterilização de dispositivos clínicos, bem como de limpeza de terrenos e corte de árvores nas instalações e terrenos de propriedade da Fundação;

5) Mobilizando e envolvendo outros nas suas ações de maior impacto social, superando lacunas muito críticas presentes na atualidade da sociedade portuguesa.

Entre estas destaca-se a linha de serviço dirigida às crianças em situação de acolhimento já abordada no presente relatório no ponto 1.4. e que contou com um co-financiamento de 90%, por força de donativos consignados por várias entidades a este fim e pela opção de consignação do respetivo IRS e IVA, efetuada por particulares, a favor da Fundação.



Importando, no ano de 2020, o custo global de €50.315, co-financiaram, assim, parcialmente esta linha de serviço: i) a The Navigator Company (€20.000); ii) a Target Value (€2.163); o Montepio (€4.451,88) e várias pessoas que optaram por consignar o seu IRS à Fundação (€18.732,23):

- A The Navigator Company, apoiou 39,75% da totalidade do serviço prestado, tendo cofinanciado por inteiro às Casas do Parque, do Infantado, da Encosta, das Fundadoras, Mello, Lions, Van Leer e Gmeiner, bem como cerca de 54,6% dos serviços de que as crianças em instituições da FASL beneficiaram;
- A Target Value, apoiou 4,3% da totalidade do serviço prestado, tendo cofinanciado em 44,7% as crianças dos Lares de Adolfo Coelho e Especializado Entre Mundos e a Casa da Luz;
- Com a consignação de IRS efetuada por particulares à Fundação, que apoiou 37,23% do total do serviço prestado, foi possível custear, nomeadamente, o serviço prestado às Casas da Ameixoeira, do Gil, do Mar, da Fonte, Maria Droste, Manuel Kac, Mardel Correia e ao Lar de S. Marçal.

- Com o apoio do Montepio, que apoiou 8,84% da totalidade do serviço prestado, foi ainda possível acompanhar no período de transição para acolhimento em família 9 crianças, atualmente enquadradas em 3 famílias adotivas, 2 famílias de acolhimento, 2 nas respetivas famílias de origem e 2 em apadrinhamento civil, tendo este apoio cofinanciado em 47,3% os serviços de que estas crianças beneficiaram.





II - Situação Económica e Financeira

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

1. A ENVOLVENTE E A FUNDAÇÃO – A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE MACROECONÓMICO

Segundo os dados disponíveis no INE, em 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) diminuiu 5,3% em valor e 7,6% em volume (após ter tido um aumento de 2,5% em 2019)¹⁵. Esta situação, refletindo os efeitos adversos da pandemia da COVID 19 sobre a economia, traduz-se na contração mais intensa do PIB desde meados da década anterior.

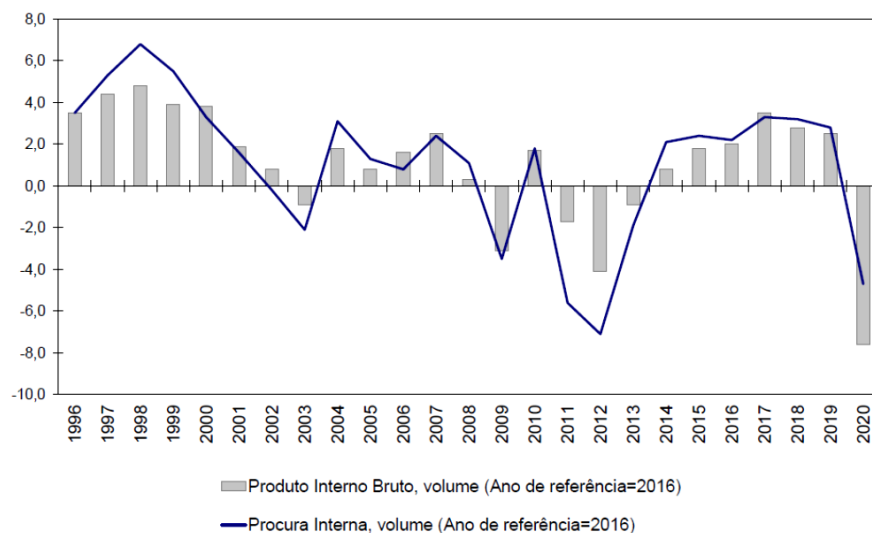


GRÁFICO Nº 5 – Evolução do Produto Interno Bruto e da Procura Interna (volume) – 1996 - 2020

¹⁵ Fonte: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=414810864&DESTAQUESmodo=2 (acedido em 28 de fevereiro de 2020)

Como causas explicativas desta situação encontra-se sobretudo a da redução da procura, associada quer à redução da procura turística, quer à procura interna devida, no essencial, à contração do consumo privado. A ilustrar a redução da procura interna, que em 2019 tinha apresentado um crescimento de 2,8 p.p., assinala-se uma redução de 4,6 p.p. em 2020.

O consumo privado (despesas de consumo final das famílias residentes e das IPSS) registou mesmo uma variação negativa de -5,9%, em termos reais, e o investimento diminuiu 4,9% (após um crescimento de 5,4% no ano anterior). O VAB dos ramos de Atividades Financeiras, de Seguros e Imobiliárias apresentou uma ligeira redução de 0,1% (após ter aumentado 1,1% em 2019). O emprego remunerado também registou, por seu turno, uma variação de -1,7% (que compara com um crescimento de 1,1% em 2019).

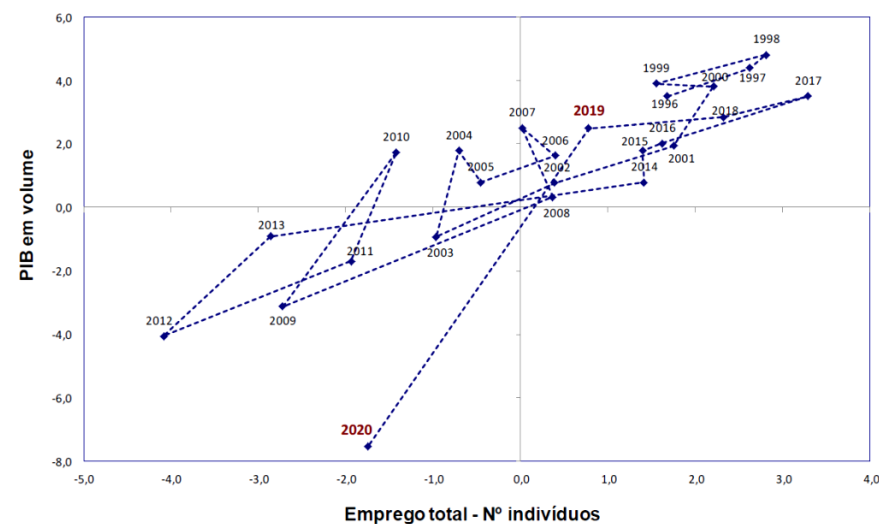


GRÁFICO Nº 6 – PIB (volume) e emprego total (indivíduos) – Taxa de variação anual, %

Dada a natureza da receita instrumental, mas também principal da Fundação (resultante de rendas associadas a empresas inquilinas do prédio de rendimento), o equilíbrio económico-financeiro da mesma tende a ser ameaçado por um contexto macro-económico desfavorável. Por sua vez, a efetiva prática de uma política de acesso equitativo aos seus serviços de saúde tende, num cenário deste tipo, a agravar esse desequilíbrio por via do agravamento da situação económica das famílias, sobretudo as devidas a situações prolongadas de desemprego.

A evolução da situação no sentido positivo do contexto macroeconómico nos anos anteriores, permitiu uma melhoria muito significativa da receita instrumental da Fundação nos anos de 2017 a 2019 – rendas do prédio de investimento. Este facto tornou possível resultados líquidos de exercício muito positivos no período 2017-2019, apesar de, mesmo nesse período, ter aumentado a procura de serviços por parte de famílias em situação de dificuldade económica e terem aumentado significativamente as crianças beneficiárias de acolhimento institucional (sem nenhuma participação por parte do estado nos custos associados a estas linhas de serviço).

Perante o quadro de ameaça patente nos últimos três trimestres de 2020 foi, assim, necessário recorrer a medidas tempestivas de gestão no ano, maximizando as condições de adaptabilidade institucional (mas sem recurso a *lay-off*). Neste âmbito destacam-se, designadamente: i) a não interrupção da prestação de serviços de saúde (apesar da ligeira restrição do seu perímetro); ii) o estabelecimento de um quadro de acordos com os inquilinos que

teve em conta o impacto específico da situação pandémica na sua atividade; iii) o adiamento de alguns investimentos previstos em plano para o ano.

Deste modo, foi possível, como adiante veremos, manter no decurso do ano de 2020, na Fundação, a situação de equilíbrio económico-financeiro patente nos anos imediatamente anteriores. No entanto, é necessário observar atentamente o futuro próximo e **preservar as parcerias de longo prazo (nomeadamente mecenas)**, dado que o contexto macroeconómico atual apresenta todos os riscos favoráveis à criação de uma situação de desequilíbrio.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

2. A EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA FUNDAÇÃO

No período do Plano Estratégico- 2012 e 2019 a Fundação visou a recuperação da sua autossustentabilidade, após ter consumido na década anterior a totalidade das suas reservas financeiras, fruto de uma sucessão de resultados líquidos negativos e de uma crise global.

Destacam-se como principais medidas tomadas e concretizadas no âmbito desse Plano, as seguintes:

- 1º. A criação de condições para a revitalização das receitas diretamente provenientes da atividade de saúde, tendo-se conseguido até 2019 a duplicação da receita;
- 2º. O envolvimento e comprometimento de novos *stakeholders* (individuais e institucionais, públicos e privados) no suporte dessa atividade;
- 3º. O assegurar dos investimentos estritamente necessários à modernização da atividade, à qualificação administrativa e à competitividade do património de rendimento;
- 4º. Uma redução global de custos de estrutura por via de racionalização de recursos humanos e ganhos de eficiência que atingiu, no termo de 2018, os 400 mil Euros.

De notar a especial importância das medidas associadas à recuperação do rendimento de rendas provenientes do edifício Amoreiras 19, que até 2011 representou 90% das receitas

operacionais da Fundação e que, no período da crise económico-financeira global, caiu abruptamente, nunca representando no período 2012-2016 mais do que 46% daquelas, elevando-se, no período 2016-2019, para o patamar dos 58%-65%.

Em resultado deste percurso a Fundação atingiu, no final de 2018, um ponto de equilíbrio económico-financeiro, fruto de um crescimento sustentado das suas receitas próprias e continuado (na saúde, desde 2012; no Amoreiras 19, desde 2015), a par da já referida redução dos custos de estrutura.

Digno de especial registo também o papel crucial que o apoio de mecenato representou em todo o período de recuperação. Superior a 50% das receitas operacionais no ano 2014 e tendencial e intencionalmente decrescente nos anos seguintes, este apoio atingiu uma proporção mínima orçamentada e real de 17% para o ano 2019.

Importa ainda referir que, para além de essencial, este apoio consolidou relações de longo prazo, permitindo criar valor económico a par de valor social, na medida em que viabiliza um modelo de saúde inclusivo e aberto a toda a sociedade, contribuindo cumplicemente, a Fundação e as entidades mecenas, para a prossecução de quatro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, a saber:

- Erradicação da Pobreza;
- Educação de Qualidade;
- Saúde de Qualidade;
- Igualdade de género.

A este propósito há que referir que o valor da prestação de serviços a utentes bonificados e isentos, em 2019 e 2020, é já superior a 400 mil€.

Constituindo um desiderato do Plano Estratégico 2020-2025 a preservação de uma dinâmica de autossustentabilidade organizacional, contando-se nesta com o **contributo do mecenato** (para um crescimento da atividade inclusivo, para a incorporação de tecnologia e para o estímulo e disseminação do conceito da promoção da saúde e do bem-estar infantil), o ano 2020 (e seguintes) deve(m) surgir alinhado(s) com estes propósitos. E, a ser assim, quer no seu desenho quer na sua concretização, ao termo do período estratégico, as reservas financeiras, situadas na ordem dos 1,6 milhões de € (no final de 2019), manter-se-ão também preservadas como salvaguarda de perenidade institucional. Com efeito, é patente, na história recente da Fundação, a grande dependência da sua fonte de receita instrumental e principal -as rendas do prédio de rendimento- do equilíbrio da situação económica e financeira nacional. Esta situação recomenda, pois, gestão prudente e um nível de reservas próximo do orçamento anual.

2.1. RESULTADO LÍQUIDO E RESULTADO OPERACIONAL

A Fundação apresentou no ano 2020 receitas totais no montante de 1.530.740,77€ e custos totais de 1.366.248,25€, registando ambos os montantes decréscimos, face ao ano anterior, respetivamente, de 6,4 % e de 7,8%.

Em resultado da dinâmica das receitas e custos totais, a Fundação regista no ano de 2020, pelo sétimo ano consecutivo, um resultado líquido de exercício positivo, este no montante de 164.492,52€, rompendo duradouramente, com o ciclo de resultados negativos históricos verificados na década anterior e até 2013 (inclusive).

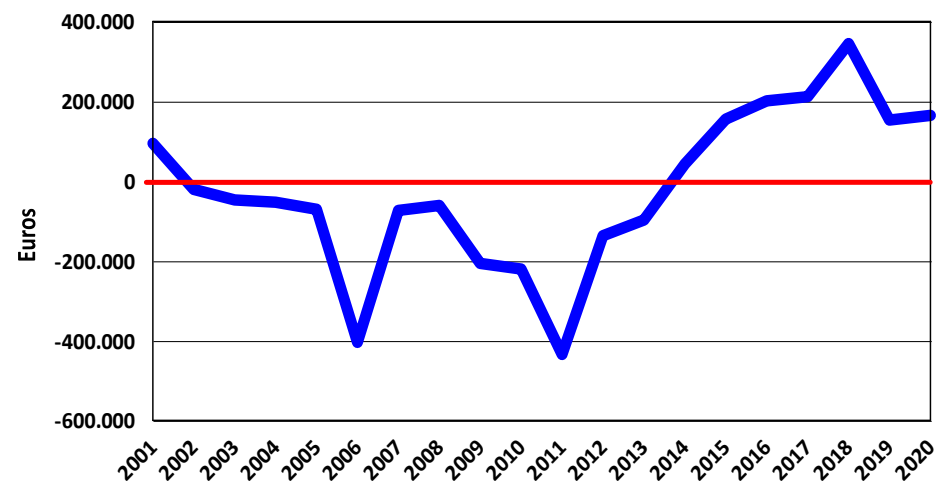


GRÁFICO Nº 7 – Resultados Líquidos (2001 – 2020)

O resultado operacional em 2020, antes de amortizações, é de 243.721,77€ (por contraponto ao resultado orçamentado para o ano – de 82.730,66€).

Como objetivos económico-financeiros identificados no Plano e Orçamento 2020 destacavam-se:

- i) O crescimento da receita anual, proveniente diretamente do crescimento da atividade dos serviços de saúde, em 16,2% face a 2019;
- ii) O crescimento da receita anual proveniente diretamente das rendas do Amoreiras 19 em 7,5%;
- iii) A concretização de um plano de investimentos, no montante global de 150 mil €, viabilizando intervenções importantes e inadiáveis na sede da instituição;
- iv) Um apoio de mecenato na ordem dos 300 mil €, representando estes 19,6% das receitas operacionais estimadas.

Como adiante veremos, o ano de 2020 viria a revelar-se um ano extraordinariamente atípico por força da pandemia da COVID-19 que assolou o país e o mundo, interferindo fortemente com a mobilidade da população, a atividade de saúde e instituindo um quadro legal de moratórias aplicáveis à generalidade dos pagamentos de obrigações, inclusive das rendas. Por esse motivo foi necessário durante o exercício tomar medidas tempestivas de gestão (evitando o desequilíbrio entre custos e receitas operacionais) e acordar com alguns dos inquilinos compromissos e acordos especiais. Por seu turno, também as receitas provenientes de mecenato sofreram forte contenção. Não obstante e como consequência das medidas de

gestão tomadas, os resultados e o nível de reservas financeiras foi mantido. Este último implicando algum prejuízo de parte dos investimentos planeados e não concretizados, nomeadamente obras de fundo nas instalações da sede e serviços de saúde.

A Evolução da Receita de Saúde

Sofrendo a atividade de saúde (por força das restrições de mobilidade da população determinadas no âmbito dos sucessivos estados de emergência) uma contração de cerca de 15% face ao ano anterior, não foi possível cumprir o objetivo de crescimento da receita previsto para o ano. No entanto, a sua redução face ao ano de 2019 foi menos do que proporcional à redução verificada na atividade, cifrando-se a redução de receita em apenas 7,5%.

Para além deste sinal, que patenteia uma tendência de crescimento da receita da saúde se mantidos os níveis de atividade, constata-se também um crescimento da proporção da receita proveniente de serviços especiais (que evolui de 20% para 22% do total da receita de saúde). Estes últimos são, em regra, serviços muito especializados assentes em recursos tecnológicos que se tornaram possíveis como resultado do investimento tecnológico efetuado ao longo dos últimos anos nos serviços de saúde da Fundação. Assim, apesar da redução global da atividade e da receita de saúde, a receita proveniente destes serviços regista até um ligeiro crescimento (próximo de 1%).

A Exploração do Património

Dado o impacto macroeconómico da pandemia também não foi possível concretizar o objetivo de crescimento de receita na magnitude prevista para o prédio de rendimento, mas, ainda assim, foi registado um ligeiro crescimento (de 0,81%) face ao ano anterior.

Foi registada no exercício uma receita proveniente de rendas no montante de 1,037 milhão de €, representando estas 68% do total de receitas operacionais.

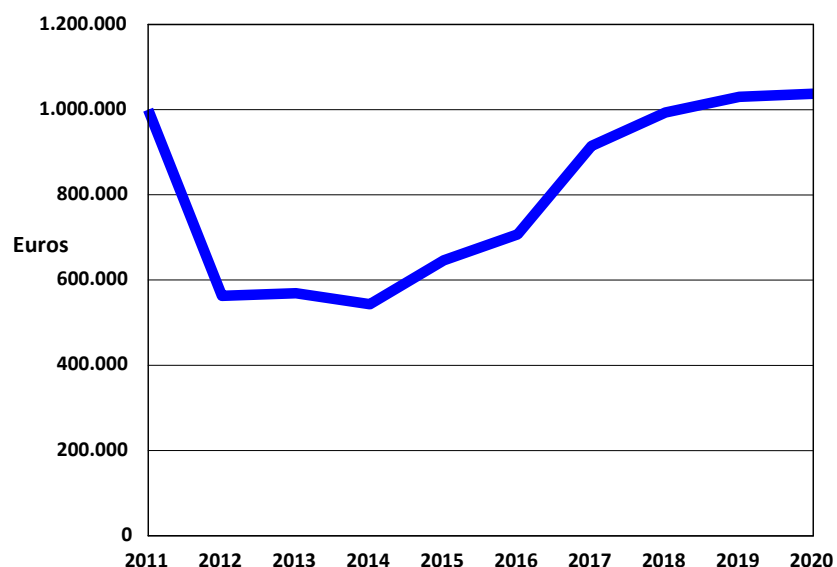


GRÁFICO Nº 8 – Rendas cobradas (2011 – 2020)

Os Donativos

Tendo sido pressuposto do orçamento 2020 obter um montante total de donativos no montante de 300 mil € (correspondentes a 19,6% da receita operacional estimada), estes não alcançaram o montante de 212 mil €, cifrando-se em cerca de 13,8% da receita operacional observada.

Contribuiu para este resultado, nomeadamente, a redução de verbas originárias da consignação, por parte de particulares, de IRS e de IVA e que no ano sofreu, face ao ano anterior, uma redução de 42%.

Apesar da redução de 21%, também no ano, do montante de donativo face ao registado no ano anterior, a NAVIGATOR, S.A. foi de novo a principal mecenas da Fundação, representando os seus donativos 87,1% do total registado nesta rubrica no ano.

A Estrutura da Receita

No ano de 2020 a receita operacional reduz-se 6,2%, devida no essencial às reduções em 24,2%, dos subsídios/donativos e à já citada de 7,5% da receita proveniente da atividade de saúde.

Na estrutura da receita operacional a atividade de saúde mantém um peso relativo próximo do do ano anterior (cerca de 18%), as receitas provenientes de rendas ganham expressão (evoluindo o seu peso relativo de 63% para 68%) e os donativos confirmam a tendência decrescente (de uma proporção de 25% verificada no ano anterior para os citados 13,8% já referidos no ponto anterior).

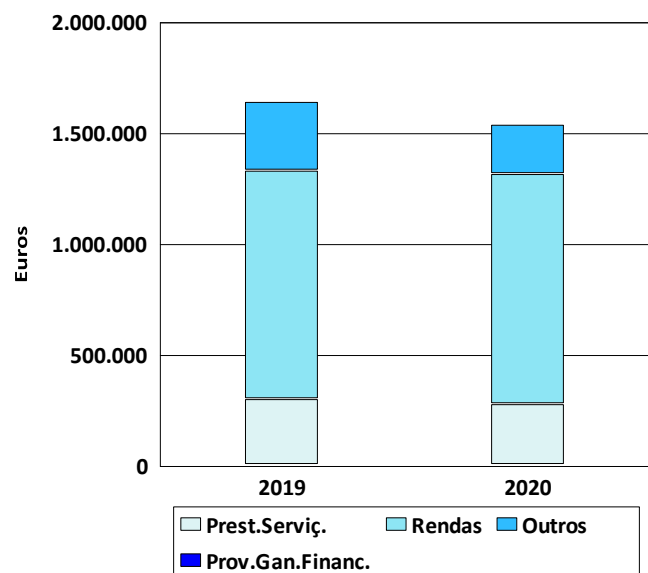


GRÁFICO Nº 9 – Estrutura da Receita Total (2019 – 2020)

A Estrutura dos Custos

Um dado digno de destaque no ano 2020 é a redução do peso da rubrica depreciações nos custos totais, devido à conclusão da amortização de equipamentos clínicos adquiridos há 4 ou mais anos. Registrando uma redução de montante no ano superior a 23%, os custos com depreciações, passam a representar apenas 6,1% do total dos custos (quando, no ano anterior, representavam 7,36%), contribuindo assim para um melhor resultado líquido de exercício (em 7,7%) do que o verificado no ano anterior.

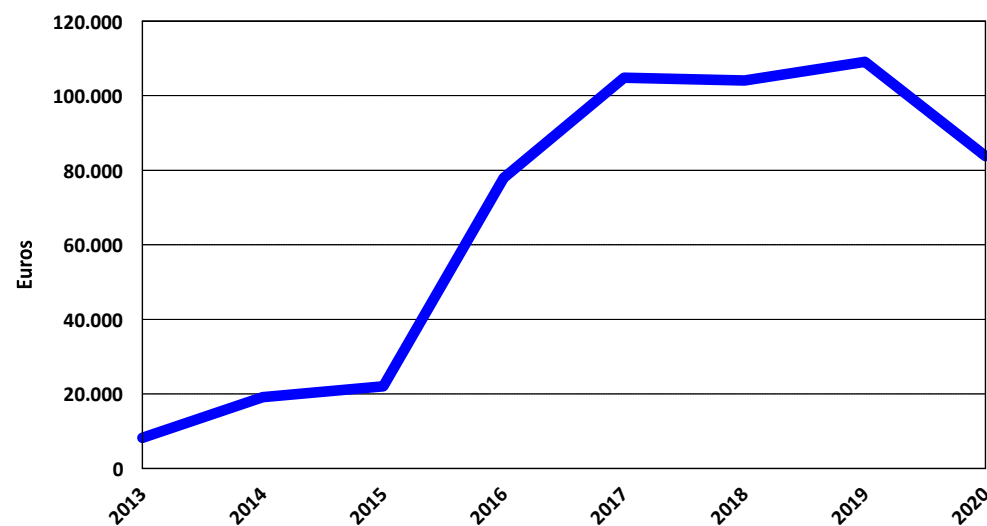


GRÁFICO Nº 10 – Evolução das Amortizações (2013 – 2020)

Por seu turno e face aos custos operacionais, constata-se:

- A) Por um lado, que o esforço de gestão prudente e tentativa de uma situação de equilíbrio económico-financeiro é patente na redução de custos com Pessoal (menos 3,9%), honorários, outros Fornecimentos e Serviços Externos (menos 18,8%) e Outros - predominantemente custos de IVA associado àqueles FSEs (menos 8,3%).
- B) Por outro, efeitos claros da situação pandémica: i) que exigiu grande investimento em equipamentos e medidas de proteção individual (patentes no desvio orçamental da rubrica de mercadorias e matérias-primas); ii) também no aumento do

montante inscrito em imparidades (pelos prejuízos reais e grande grau de incerteza futuros face à recuperação de montantes em rendas em atraso/mora).

Deste modo, constata-se com efeito uma redução, na estrutura de custos, do peso relativo da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, agora com um peso relativo nos custos totais do ano de 29,98% (no ano anterior esta rubrica apresentava uma proporção de 34%). Em contrapartida, a rubrica Mercadorias e M. Primas consumidas (em regra inexpressiva nas contas da Fundação) representa, no ano, 1,68% dos custos totais e o saldo de imparidades surge como negativo.

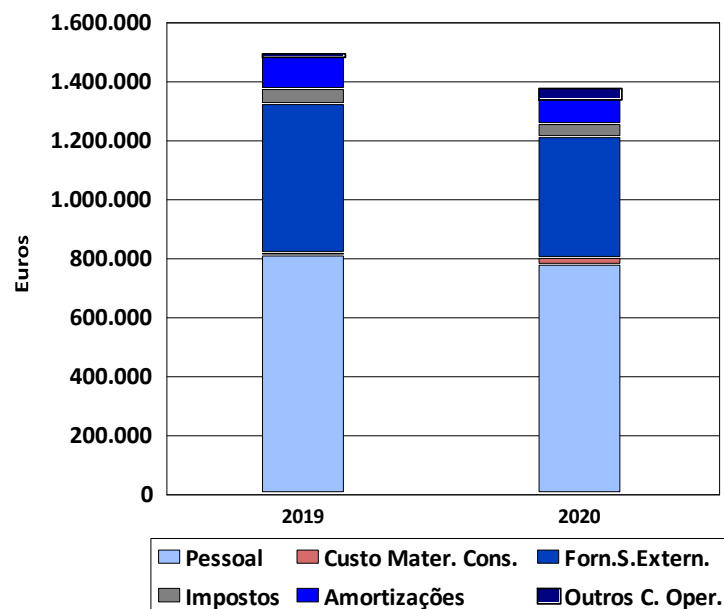


GRÁFICO Nº 11 – Evolução da Estrutura de Custos Totais (2019 – 2020)

De notar que a rubrica de Pessoal, neste contexto com um peso relativo de 56,7% dos Custos Totais, continua a cumprir cabalmente o limite previsto na Lei-Quadro das Fundações¹⁶ para as fundações privadas com estatuto de utilidade pública, cuja atividade consista predominantemente na prestação de serviços à comunidade e que é de 2/3 em função dos seus rendimentos anuais.

Por fim importa sinalizar que o exercício observa uma redução de honorários de 14,95% face a 2019, acompanhando, a par e diretamente, a redução da atividade de saúde verificada no ano.

¹⁶ Trata-se de um limite estabelecido para as despesas de pessoal e de administração, segundo a alínea b) do nº 1 do artigo 10º da Lei nº 150/2015, de 10/9, que alterou a redação inicial da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei nº 24/2012, de 9/7.

2.2. O BALANÇO

O Balanço apresentava, em 31 de dezembro de 2020, um total no Ativo da ordem dos 8,986 milhões de euros – mais de 7,085 milhões de euros no Ativo não corrente e 1,900 milhões de euros no Ativo corrente.

Comparativamente com o ano 2019, o ano de 2020 regista uma valorização do ativo de 1,76%, devida no essencial ao aumento de 196,1 mil euros do ativo corrente. Este montante representa um crescimento de 11,5% face ao montante registado no ano anterior, contribuindo para o efeito sobretudo o acréscimo de 159.900,21€ em “Caixa e Depósitos Bancários”.

O montante do Passivo é, por seu turno, inferior em cerca de -1,13% face ao do ano anterior.

Esta situação deve-se à redução significativa do montante em Provisões (menos 60%, num montante equivalente a 30,3 mil €), não tendo sido julgada necessária a constituição de novas Provisões.

Mas também pelo aumento do Passivo corrente em 6,8%. Este totalizando 401.031,76€ (regista um aumento de 25.586,82€ face à situação a 31.12.2019), sendo este aumento devido exclusivamente a diferimentos (18,5 mil€) e outros (13,9 mil€). Rendas antecipadas e cauções (ou seja, pagamentos efetuados por inquilinos) são as principais razões explicativas deste aumento. O passivo corrente, associado a fornecedores e a Estado reduz-se, respetivamente, em 10,2% e 10,8%.

O total dos Fundos Patrimoniais sofre uma valorização no ano no montante de 159.794,02€, essencialmente resultado da obtenção no exercício de um resultado líquido positivo de 164,4 mil € e do efeito líquido da capitalização de doações para investimento no montante de 4.698,50 € negativos.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

QUADRO I

Valores em Euros	Notas	31-12-2020	31-12-2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	7.085.840,44	7.126.950,66
		7.085.840,44	7.126.950,66
Ativo corrente			
Inventários	6	32.486,61	8.354,16
Estado e outros Entes Públicos	7	2.638,84	553,11
Créditos a receber	8	94.483,01	84.486,48
Caixa e depósitos bancários	10	1.770.678,50	1.610.778,29
		1.900.286,96	1.704.172,04
Total do ativo		8.986.127,40	8.831.122,70
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11	2.261.729,41	2.261.729,41
Resultados transitados	12	6.102.972,47	5.950.187,50
Outras variações nos fundos patrimoniais	13	36.277,38	40.975,88
		8.400.979,26	8.252.892,79
Resultado líquido do período		164.492,52	152.784,97
Total dos fundos patrimoniais		8.565.471,78	8.405.677,76
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	14	19.623,86	50.000,00
		19.623,86	50.000,00
Passivo corrente			
Fornecedores	15	30.601,09	34.069,02
Estado e outros Entes Públicos	7	28.400,96	31.833,80
Diferimentos	16	109.602,99	91.051,62
Outros passivos correntes	17	232.426,72	218.490,50
		401.031,76	375.444,94
Total do passivo		420.655,62	425.444,94
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		8.986.127,40	8.831.122,70

3.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

QUADRO II

Valores em Euros	Notas	2020	2019
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	18	274.436,16	296.523,68
Subsídios, doações e legados à exploração	19	211.938,61	279.733,24
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(23.000,23)	(9.062,59)
Fornecimentos e serviços externos	20	(409.545,82)	(504.174,58)
Gastos com o pessoal	21	(774.696,53)	(805.825,41)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	(25.767,83)	19.877,35
Outros rendimentos	22	1.039.801,15	1.031.402,57
Outros gastos	23	(49.443,74)	(53.926,67)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		243.721,77	254.547,59
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(83.794,10)	(109.091,62)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		159.927,67	145.455,97
Juros e rendimentos similares obtidos	18	4.564,85	7.329,00
Resultados antes de impostos		164.492,52	152.784,97
Resultado líquido do período		164.492,52	152.784,97

Lisboa, 15 de fevereiro de 2021

O CONSELHO EXECUTIVO

O CONTABILISTA CERTIFICADO

3.3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

De 1 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2020

QUADRO III

	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
Valores em Euros						
POSIÇÃO EM 1 DE JANEIRO DE 2019	1	2.261.729,41	5.605.504,92	74.790,20	344.682,58	8.286.707,11
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Recebimento de donativo para investimento						-
Donativos - transferência para rendimentos do exercício	13 e 19			(33.814,32)		(33.814,32)
	7	-	-	(33.814,32)	-	(33.814,32)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				152.784,97	152.784,97
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				152.784,97	152.784,97
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Transferência do resultado líquido do período para resultados transitados	12		344.682,58		(344.682,58)	-
	5	-	344.682,58	-	(344.682,58)	-
POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	6=1+2+3+4	2.261.729,41	5.950.187,50	40.975,88	152.784,97	8.405.677,76

	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
Valores em Euros						
POSIÇÃO EM 1 DE JANEIRO DE 2020	6	2.261.729,41	5.950.187,50	40.975,88	152.784,97	8.405.677,76
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Recebimento de donativo para investimento						-
Donativos - transferência para rendimentos do exercício	13 e 19			(4.698,50)		(4.698,50)
	7	-		(4.698,50)		(4.698,50)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				164.492,52	164.492,52
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8				164.492,52	164.492,52
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Transferência do resultado líquido do período para resultados transitados	12		152.784,97		(152.784,97)	-
	10	-	152.784,97	-	(152.784,97)	-
POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	6+7+8+10	2.261.729,41	6.102.972,47	36.277,38	164.492,52	8.565.471,78

3.4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

QUADRO IV

Valores em euros	Notas	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRETO			
Recebimentos de clientes e utentes		273.074,00	299.740,45
Pagamento a fornecedores		581.982,39	618.002,26
Pagamentos ao pessoal		895.189,34	902.888,10
Caixa gerada pelas operações		(1.204.097,73)	(1.221.149,91)
Outros recebimentos/pagamentos		1.231.799,38	1.199.218,64
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		27.701,65	(21.931,27)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		84.226,53	24.533,97
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		4.297,98	7.329,00
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		(79.928,55)	(17.204,97)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Doações e subsídios	19	212.127,11	245.918,92
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		212.127,11	245.918,92
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1+2+3)		159.900,21	206.782,68
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INICIO DO PERÍODO	10	1.610.778,29	1.403.995,61
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	10	1.770.678,50	1.610.778,29

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Nas presentes notas, todos os montantes são apresentados em euros, salvo se indicado o contrário.)

1. Identificação da entidade

Designação:	Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso
Sede Social:	Av. Dr. Mário Moutinho (ao Restelo), Lisboa
Fundos:	€ 2.261.729,41
N.I.P.C.:	500 847 754

A Fundação da Nossa Senhora do Bom Sucesso ("Fundação") foi constituída em 7 de março de 1951 e dedica-se a fins de saúde e de desenvolvimento humano. Na prossecução dos seus fins a Fundação atende em especial:

- À promoção e proteção da saúde materno-infantil, bem como à prevenção e controlo da doença; e
- À proteção e apoio às crianças e jovens, nomeadamente àqueles que, desinseridos de meio familiar normal, se encontrem ao abrigo e proteção de outras instituições de solidariedade social, bem como à família.

A Fundação, com observância do disposto na lei e nos seus estatutos, pode adquirir, alienar ou onerar bens móveis, imóveis e direitos, incluindo participações sociais ou financeiras, e contrair obrigações,

incluindo empréstimos, bem como realizar investimentos, em Portugal ou no estrangeiro, nos termos que entenda como adequados à prossecução dos seus fins ou à realização de uma aplicação mais produtiva ou segura dos valores do seu património.

Constituem rendimentos da Fundação:

- Os rendimentos das prestações de serviços (Nota 18);
- Os rendimentos dos seus bens, móveis ou imóveis, e de capitais próprios (Nota 22);
- Os subsídios do Estado, das autarquias locais ou de outras entidades, públicas ou privadas (Nota 19); e
- Os rendimentos provenientes de heranças, legados e doações que venham a ser instituídos a seu favor, bem como de donativos, produtos de festas e subscrições e, bem assim, de quaisquer direitos que a Fundação venha por outro modo a adquirir (Nota 19).

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e autorizadas para emissão pelo Conselho Executivo em 15 de fevereiro de 2021.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas de acordo com as normas que compõem o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (SNC-ESNL), o qual que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas a Norma Contabilística de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), o código de contas específico para as Entidades do Sector Não Lucrativo (CC-ESNL) e os modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às entidades do sector não lucrativo.

Sempre que a NCRF-ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada: (i) as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI); (ii) as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho e (iii) as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e as respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Nas demonstrações financeiras anexas, preparadas a partir dos registos contabilísticos da Fundação, foram consideradas as seguintes bases de preparação:

Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Fundação.

Regime da periodização económica (ou do acréscimo)

Os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as seguintes definições e critérios:

- Um ativo é um recurso controlado pela Fundação como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a Fundação benefícios económicos futuros.
- Um passivo é uma obrigação presente da Fundação proveniente de acontecimentos passados, da liquidação da qual se espera que resulte um efluxo de recursos da Fundação incorporando benefícios económicos futuros.
- Os fundos patrimoniais são os interesses residuais nos ativos da Fundação depois de deduzir todos os seus passivos.
- Os rendimentos são aumentos dos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de influxos ou aumentos de ativos ou diminuições de passivos que resultem em aumentos nos fundos patrimoniais, que não sejam os relacionados com as contribuições de instituidores.
- Os gastos são diminuições nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de efluxos ou depreciação de ativos ou na ocorrência de passivos que resultem em diminuições de fundos patrimoniais.

Os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são respetivamente gerados ou incorridos, independentemente do momento da respetiva receita/recebimento ou despesa/pagamento.

As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidas ou liquidadas são reconhecidas na rubrica do ativo Créditos a receber, em Devedores por acréscimos de rendimento. Por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao exercício e ainda não

pagos ou liquidados são reconhecidas na rubrica Outros passivos correntes, em Credores por acréscimos de gastos.

As quantias dos rendimentos e dos gastos que, apesar de já ter ocorrido a respetiva receita/recebimento ou despesa/pagamento, devam ser reconhecidos nos períodos seguintes, são reconhecidos na rubrica de Diferimentos, em Rendimentos a reconhecer ou Gastos a reconhecer, respetivamente.

Consistência e apresentação

Os critérios de apresentação e de classificação de itens das demonstrações financeiras são mantidos de um período para o outro, a menos que (i) seja perceptível, após uma alteração significativa na natureza das operações, que outra apresentação ou classificação é mais apropriada, tendo em consideração os critérios para a seleção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF-ESNL estabeleça uma alteração na apresentação, e em todo o caso (ii) a apresentação alterada proporcione informação fiável e mais relevante das demonstrações financeiras e (iii) se for provável que a estrutura de apresentação revista continue de modo a que a comparabilidade não seja prejudicada.

Materialidade e agregação

Aplicar o conceito de materialidade significa que um requisito de apresentação específico contido na NCRF-ESNL não necessita de ser satisfeito se a informação não for material, sendo que a Fundação não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das presentes demonstrações financeiras.

Quanto à agregação, cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras em harmonia com a informação mínima que consta dos modelos de demonstrações financeiras aprovados para as ESNL.

Compensação

Os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo e nenhum gasto foi compensado por qualquer rendimento.

Não se consideram compensações (i) a mensuração de ativos líquidos de deduções de valorização, (ii) a dedução da quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume obtidos ou concedidos, (iii) a dedução ao produto da alienação de ativos não correntes da quantia escriturada do ativo e dos gastos de venda relacionados, e (iv) a compensação dos dispêndios relacionados com uma provisão previamente reconhecida para o efeito.

Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2020 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019. Não existem contas de balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo.

3.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo ou ao custo considerado, no caso da propriedade de investimento, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas (Nota 5).

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Fundação.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos do período no ano em que ocorrem à medida que são incorridos, de acordo com o regime de acréscimo.

A Fundação procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base na melhor estimativa das atividades presentes e futuras do ativo para a Fundação.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, sobre o custo ou o custo considerado, sendo utilizado o método das quotas constantes e

aplicando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada, como segue:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	100
Equipamentos:	
Equipamento básico imagiológico	3
Equipamento básico outro	12
Ferramentas e utensílios	8
Equipamento administrativo	10 - 12
Outros ativos fixos tangíveis	6 - 12

Os terrenos onde estão assentes os edifícios não são depreciados.

Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário, na data do balanço. Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do ativo, procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações deduzido dos gastos de transação e a quantia escriturada do ativo e são reconhecidos na demonstração dos resultados como outros rendimentos ou outros gastos (operacionais).

3.2 Imparidade de ativos não correntes

Os ativos sujeitos a depreciação são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo, deduzidos os gastos para venda e o seu valor de uso.

Para realização de testes por imparidade os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente os fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa a que pertence o ativo), quando não seja possível fazê-lo individualmente para cada ativo.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as referidas perdas por imparidade já não existem ou diminuíram.

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como rendimento operacional. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciação) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

3.3 Inventários

Os inventários são constituídos por matérias-primas, subsidiárias e de consumo que se encontram valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio (Nota 6).

3.4 Créditos a receber

Os Créditos a receber correntes são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, e subsequentemente de acordo com o custo amortizado, sendo apresentadas no balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas (Nota 8).

As perdas por imparidade são registadas quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber (Nota 9) e são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

3.5 Caixa e depósitos bancários

A rubrica de caixa e depósitos bancários inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, com maturidade inicial até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor (Nota 10).

3.6 Provisões

São reconhecidas provisões sempre que a Fundação tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, em que seja provável que uma saída de fluxos e/ou de recursos se torne necessária para liquidar a obrigação e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante da obrigação.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data (Nota 14).

3.7 Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo, que incluem benefícios monetários (tais como salários, ordenados, subsídios e contribuições para a segurança social) e benefícios não monetários (tais como cuidados médicos ou serviços gratuitos ou subsidiados), relativos aos empregados correntes são contabilizados pela quantia não descontada que se espera que seja paga (custo da obrigação) (Nota 21).

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Estas responsabilidades são registadas no período em que os trabalhadores adquirem o respetivo direito, por contrapartida da demonstração de resultados, independentemente da data do seu pagamento, e o saldo por liquidar à data de balanço está relevado na rubrica Outros passivos correntes (Nota 17).

Os benefícios de cessação de emprego, uma vez que não proporcionam à Fundação futuros contributos para o desenvolvimento das suas atividades presentes e futuras, são reconhecidos imediatamente como um gasto.

3.8 Fornecedores e Outros passivos correntes

Os Fornecedores e Outros passivos correntes são constituídos pelos saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar correntes e são registados pelo seu valor nominal, i.e., ao custo (Notas 15 e 17).

3.9 Estado e outros entes públicos

Os saldos a pagar e/ou a receber destas entidades, relativos a impostos, contribuições e taxas são mensurados pela quantia que se espera que seja recuperada/paga de/às autoridades fiscais e outras, utilizando-se as leis em vigor à data do balanço (Nota 7).

3.10 Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

3.11 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tendo em consideração a quantia eventual de qualquer desconto comercial e de quantidades concedido pela Fundação.

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados, com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço e pelo justo valor do montante recebido ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos (Nota 18).

3.12 Subsídios e doações

Os subsídios do Estado e outros entes públicos e as doações de outras entidades só são reconhecidos após existir segurança de que a Fundação cumprirá as condições inerentes aos mesmos e que os subsídios e doações serão recebidos.

Os subsídios e as doações relacionados com ativos são subvenções cuja condição primordial da atribuição é o compromisso por parte da Fundação em adquirir ativos fixos tangíveis. Estas subvenções são reconhecidas inicialmente nos Fundos patrimoniais (Nota 13) e posteriormente reconhecidas como rendimento na proporção das depreciações dos ativos subsidiados (Nota 19).

Os subsídios e os donativos à exploração, recebidos com o objetivo de compensar a Fundação por custos incorridos, são registados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que aqueles subsídios

visam compensar (Nota 19). Os subsídios e os donativos relacionados com gastos futuros são reconhecidos no passivo na rubrica “Diferimentos” (Nota 16).

Os subsídios e doações monetárias são registados pela sua quantia nominal. Os subsídios e doações não monetários são registados pelo justo valor do ativo não monetário ou pela quantia nominal quando o justo valor não possa ser determinado com fiabilidade.

3.13 Imposto sobre o rendimento

A Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (“IPSS”) desde 30 de outubro de 1987 e tem reconhecida a isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) desde 13 de fevereiro de 1990.

Nos termos do artigo 10º, n.º 1 alínea b) do CIRC, estão isentas de IRC as instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

3.14 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3.15 Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Imparidade de créditos a receber

As perdas por imparidade de contas a receber são calculadas essencialmente com base na sua antiguidade, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos.

Provisões

São reconhecidas provisões sempre que a Fundação tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, seja provável que uma saída de fluxos e/ou de recursos se torne necessária para liquidar a obrigação e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante da obrigação.

O Conselho Executivo considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada o Balanço da Fundação e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

3.16 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo Conselho Executivo da Fundação quaisquer situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da instituição.

3.17 Principais fontes de incertezas de estimativas

As principais fontes de incertezas das estimativas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Sempre que a apresentação e a classificação de itens das demonstrações financeiras são alteradas as quantias comparativas são reclassificadas, a menos que tal não seja permitido pela NCRF-ESNL ou que seja de todo impraticável. As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2020 são coerentes com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019, não existindo quaisquer alterações nas estimativas contabilísticas e/ou erros.

5. Ativos fixos tangíveis

No decurso dos exercícios de 2020 e 2019 o movimento ocorrido nos “Ativos fixos tangíveis” bem como nas respetivas depreciações e perdas de imparidade, foi conforme segue:

Valores em euros	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Custo						
Saldo em 1 de janeiro de 2019	1.704.054,08	5.644.089,18	301.572,99	375.282,06	148.315,98	8.173.314,29
Aquisições	-	-	3.628,81	5.787,82	8.112,65	17.529,28
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.704.054,08	5.644.089,18	305.201,80	381.069,88	156.428,63	8.190.843,57
Aquisições	-	-	11.152,96	14.082,55	17.448,37	42.683,88
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.704.054,08	5.644.089,18	316.354,76	395.152,43	173.877,00	8.233.527,45
Depreciações acumuladas						
Saldo em 1 de janeiro de 2019	-	(316.410,01)	(205.516,48)	(330.535,00)	(102.339,80)	(954.801,29)
Aumentos	-	(55.444,68)	(37.142,47)	(6.520,47)	(9.984,00)	(109.091,62)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(371.854,69)	(242.658,95)	(337.055,47)	(112.323,80)	(1.063.892,91)
Aumentos	-	(55.444,68)	(8.954,06)	(7.807,69)	(11.587,67)	(83.794,10)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(427.299,37)	(251.613,01)	(344.863,16)	(123.911,47)	(1.147.687,01)
Valor contabilístico em 1 de janeiro de 2019	1.704.054,08	5.327.679,17	96.056,51	44.747,06	45.976,18	7.218.513,00
Valor contabilístico em 31 de dezembro de 2019	1.704.054,08	5.272.234,49	62.542,85	44.014,41	44.104,83	7.126.950,66
Valor contabilístico em 31 de dezembro de 2020	1.704.054,08	5.216.789,81	64.741,75	50.289,27	49.965,53	7.085.840,44

Os principais ativos da Fundação são o edifício da Sede e um outro imóvel (Nota 22), também sito em Lisboa e os terrenos inerentes.

6. Inventários

No decurso dos exercícios de 2020 e 2019 o movimento ocorrido nos “Inventários” bem como o apuramento do respetivo custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, foi conforme segue:

Valores em euros	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Inventário em 1 de janeiro de 2019	7.890,00
Compras	9.619,74
Reclassificações e regularizações	(92,99)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(9.062,59)
Inventário em 31 de dezembro de 2019	8.354,16
Compras	47.197,81
Reclassificações e regularizações	(65,13)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(23.000,23)
Inventário em 31 de dezembro de 2020	32.486,61

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica Inventários respeita integralmente a existências de medicamentos e artigos de saúde.

7. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existiam dívidas em situações de mora com o Estado e outros entes públicos.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos com estas entidades detalham-se como segue:

Valores em euros	31-12-2020	31-12-2019
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) - reembolsos pedidos	2.638,84	553,11
Total	2.638,84	553,11
Passivo		
Retenção de impostos sobre rendimentos	11.115,05	14.202,37
Segurança social	17.275,23	17.620,78
Outros Impostos e Taxas	10,68	10,65
Total	28.400,96	31.833,80

8. Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica Créditos a receber detalha-se conforme segue:

Valores em euros	31-12-2020	31-12-2019
Seguradoras	644,45	1.332,75
Laboratórios	342,27	669,24
Entidades do setor público administrativo	13.906,45	10.883,27
Navigator Added Value, S.A.	-	779,25
Utentes	477,00	348,50
Inquilinos	180.353,26	161.805,33
Outros devedores	31.160,64	15.301,37
Perdas por imparidade (Nota 9)	(132.401,06)	(106.633,23)
Total	94.483,01	84.486,48

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica Inquilinos respeitava essencialmente a rendas a receber nos montantes de, respetivamente, € 180.075,71 e € 161.805,33.

9. Imparidade de dívidas a receber

O movimento ocorrido nos exercícios de 2020 e 2019 na rubrica de Imparidade de dívidas a receber foi como segue:

Valores em euros	31-12-2020	31-12-2019
Saldo inicial	(106.633,23)	(126.592,55)
Reforços	(33.062,42)	(9.062,59)
Reversões	7.294,59	28.939,94
Utilizações	-	81,97
Saldo final	(132.401,06)	(106.633,23)

Em 31 de dezembro de 2020 o valor da Imparidade de dívidas a receber reparte-se da seguinte forma: (i) Inquilinos no montante de € 132.279,56 (2019: € 106.453,23) e (ii) Utentes no montante de € 121,50 (2019: € 180,00).

As reversões ocorridas durante o exercício de 2020 respeitam a dívidas de Inquilinos e utentes nos montantes de, respetivamente, € 7.114,59 e € 180,00. As reversões ocorridas durante o exercício de 2019 respeitam a dívidas de Inquilinos e de Laboratórios nos montantes de, respetivamente, € 28.911,13 e € 28,81.

10. Caixa e depósitos bancários

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Fundação classifica os juros pagos como atividades de financiamento e os juros recebidos como atividades de investimento.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica “Caixa e depósitos bancários” detalha-se conforme segue:

Valores em euros	31-12-2020	31-12-2019
Caixa	2.742,17	3.567,28
Depósitos à ordem	150.836,33	48.611,01
Depósitos a prazo	1.207.600,00	1.257.600,00
Outros depósitos	409.500,00	301.000,00
Total	1.770.678,50	1.610.778,29

Com referência a 31 de Dezembro de 2020, a rubrica de Depósitos a prazo refere-se detalha-se como segue:

Instituição	Valor em euros	Vencimento	Taxa de juro
Banco Finantia	250.000,00	março-21	1,20%
Banco BNI Europa	100.000,00	junho-21	0,75%
BIG - Banco de Investimento Global	100.000,00	julho-21	0,35%
Banco Finantia	200.000,00	abril-22	1,00%
Banco Finantia	157.000,00	outubro-22	0,90%
Banco Finantia	100.600,00	novembro-22	0,90%
Banco Finantia	150.000,00	dezembro-23	0,80%
BIG - Banco de Investimento Global	150.000,00	janeiro-24	0,60%
Total	1.207.600,00		

As aplicações acima supramencionadas vencem juros a taxas compreendidas no intervalo entre os 0,35% e os 1,20%, podendo ser mobilizadas antecipadamente sem perda de capital.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Outros depósitos” nos montantes de, respetivamente, € 409.500 e € 301.000, respeita a aplicações de muito curto prazo.

11. Fundos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os Fundos ascendiam a € 2.261.729,41 e respeitavam a valores aportados pelos instituidores da Fundação em exercícios anteriores.

12. Resultados transitados

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os resultados transitados ascendiam a, respetivamente, € 6.101.972,47 e € 5.950.187,50 e respeitavam a resultados líquidos apurados em exercícios anteriores.

13. Outras variações nos fundos patrimoniais

A Fundação celebrou com a The Navigator Company protocolos para atribuição de donativos destinados a fazer face aos custos na implementação e desenvolvimento de um projeto que visa a promoção e proteção da saúde materno-infantil, bem como para a prevenção e controlo da doença e, por sua vez, melhorar as condições de desenvolvimento Humano.

A parte dos donativos atribuídos destinados à aquisição de equipamentos médicos úteis e necessários à prossecução dos objetivos do projeto acima referido, foi reconhecida inicialmente na rubrica de Outras variações nos fundos patrimoniais e posteriormente reconhecida como rendimento na proporção das depreciações do ativo subvencionado, sendo que a parte do donativo transferido para resultados do exercício ascende no ano de 2020 a € 4.698,50 (2019: € 33.814,32) (Nota 19).

14. Provisões

O movimento ocorrido nos exercícios de 2020 e 2019 na rubrica de Provisões foi como segue:

Valores em euros	Outros riscos e encargos
Saldo em 1 de janeiro de 2019	50.000,00
Saldo a 31 de dezembro de 2019	50.000,00
Utilizações	30.376,14
Saldo a 31 de dezembro de 2019	19.623,86

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as provisões em balanço destinavam-se a fazer face a outros riscos e encargos inerentes à atividade da Fundação.

15. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos a pagar a Fornecedores correntes detalham-se como segue:

Valores em euros	31-12-2020	31-12-2019
Fornecedores c/c - mercado nacional	30.470,43	34.069,02
Fornecedores c/c - mercado intracomunitário	130,66	-
Total	30.601,09	34.069,02

16. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica Diferimentos refere-se a rendimentos a reconhecer relativos a rendas antecipadas nos montantes de, respetivamente, € 109.602,99 e € 91.051,62.

17. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica Outros passivos correntes detalha-se como segue:

Valores em euros	31-12-2020	31-12-2019
Acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar - pessoal	117.997,83	121.233,40
Outros gastos	20.743,63	16.014,50
Fornecedores de investimentos	5.196,38	11.843,42
Entidades do setor público administrativo	-	3.112,47
Cauções	59.604,67	44.627,00
Médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde	19.166,96	21.324,78
Outros credores	9.717,25	334,93
Total	232.426,72	218.490,50

18. Réditos

Nos exercícios de 2020 e 2019 os réditos da Fundação detalham-se como segue:

Valores em euros	2020	2019
Prestação de serviços		
Consultas de medicina, enfermagem e de outros profissionais de saúde	213.550,71	236.224,25
Outros serviços	60.885,45	60.299,43
	274.436,16	296.523,68
Juros obtidos de depósitos bancários	4.564,85	7.329,00
Total	279.001,01	303.852,68

19. Subsídios, doações e legados à exploração

Nos exercícios de 2020 e 2019 a rubrica “Subsídios, doações e legados à exploração” detalha-se como segue:

Valores em euros	2020	2019
Subsídios do Estado e outros Entes Públicos		
Autoridade Tributária e Aduaneira (Consignação de IRS)	17.893,70	31.748,26
Autoridade Tributária e Aduaneira (Benefício de 15% do IVA suportado)	838,53	642,66
	18.732,23	32.390,92
Outros Subsídios e Doações		
The Navigator Company	184.698,50	233.814,32
Fundação Montepio	4.451,88	-
Outras entidades	4.056,00	13.528,00
	193.206,38	247.342,32
Total	211.938,61	279.733,24

No exercícios de 2020 e 2019 as doações da The Navigator Company incluem o montante de, respetivamente, € 4.698,50 e € 33.814,32 relativos à parte dos donativos ao investimento reconhecidos em resultados do exercício (Nota 13).

A reconciliação entre os subsídios e doações reconhecidos como rendimentos dos exercícios de 2020 e 2019 e respetivos recebimentos são como segue:

Valores em euros	2020	2019
Recebimento de doações e outros subsídios	212.127,11	245.918,92
Subsídios e doações reconhecidos em Caixa e seus equivalentes	212.127,11	245.918,92
Subsídios ao investimento reconhecidos em fundos patrimoniais	-	-
Subsídios ao investimento reconhecidos em rendimentos do período	4.698,50	33.814,32
Subsídios atribuídos à exploração, a reconhecer	(5.637,00)	
Doações em espécie	750,00	-
Total	211.938,61	279.733,24

20. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios de 2020 e 2019 a rubrica Fornecimentos e serviços externos detalha-se como segue:

Valores em euros	2020	2019
Trabalhos especializados	16.058,89	25.965,79
Honorários	244.610,51	287.612,43
Conservação e reparação	18.524,67	35.232,13
Outros serviços especializados	10.551,84	27.665,10
Materiais	17.491,10	17.642,31
Energia e água	24.835,69	28.049,16
Deslocações, estadas e transportes	12.520,01	17.658,75
Comunicação	6.639,36	7.355,09
Seguros	4.135,49	7.795,54
Limpeza, higiene e conforto	36.694,64	33.280,98
Outros serviços diversos	17.483,62	15.917,30
Total	409.545,82	504.174,58

21. Gastos com o pessoal

Nos exercícios de 2020 e 2019 a rubrica Gastos com o pessoal detalha-se como segue:

Valores em euros	2020	2019
Remunerações do pessoal	624.665,58	654.162,62
Benefícios pós-emprego	3.361,00	-
Encargos sobre remunerações	133.807,59	138.245,72
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	8.433,41	7.703,10
Outros gastos com o pessoal	4.428,95	5.713,97
Total	774.696,53	805.825,41

22. Outros rendimentos

Nos exercícios de 2020 e 2019 a rubrica Outros rendimentos detalha-se como segue:

Valores em euros	2020	2019
Descontos de pronto pagamento obtidos	500,38	677,15
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	1.037.276,45	1.030.049,44
Outros rendimentos e ganhos	2.024,32	675,98
Total	1.039.801,15	1.031.402,57

A rubrica “Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento” refere-se essencialmente a rendas auferidas no imóvel sito nas Amoreiras, Lisboa (Nota 5).

23. Outros gastos

Nos exercícios de 2020 e 2019 a rubrica Outros gastos detalha-se como segue:

Valores em euros	2020	2019
Impostos	44.336,48	51.340,55
Descontos de pronto pagamento concedidos	497,63	483,13
Perdas em inventários	65,13	92,99
Outros gastos	4.544,50	2.010,00
Total	49.443,74	53.926,67

24. Pessoas ao serviço

Nos exercícios de 2020 e 2019 a Fundação tinha o seguinte quadro de colaboradores:

Valores em euros	2020	2019
Órgãos sociais	13	11
Empregados	38	38
Prestadores de serviços	33	34
Total	84	83

25. Saldos e transações com partes relacionadas

No exercício de 2020 não ocorreram transações com partes relacionadas, nem em 31 de dezembro de 2020 existiam saldos com estas entidades.

26. Acontecimentos após a data do balanço

Não se verificou a ocorrência de quaisquer eventos subsequentes a 31 de Dezembro de 2020 que possam afetar as Demonstrações Financeiras da Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso com referência ao período findo em 31 de Dezembro de 2020.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do período de 2020 foi de 164.492,52€ (cento e sessenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e dois euros e cinquenta e dois cêntimos) e propomos que o mesmo seja integralmente aplicado em Resultados Transitados.

Lisboa, 15 de fevereiro de 2021

CONSELHO EXECUTIVO

JAIME ALBERTO MARQUES SENNFELT FERNANDES FALCÃO (Presidente)

PAULA MARIA MENDES NANITA LOPES DE OLIVEIRA (Administradora Executiva)

MARGARIDA ISABEL FEIJÃO ANTUNES REBOCHO (Administradora)

CONTABILISTA CERTIFICADO

PAULO JORGE MORAIS COSTA

Órgãos Sociais



ÓRGÃOS SOCIAIS

ÓRGÃOS SOCIAIS A 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Conselho Geral

Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira (*Presidente*)

Duarte Nuno d'Orey da Cunha

Maria de Queiroz Pereira Posser de Andrade

Manuel Augusto Lopes de Lemos

Maria Margarida Gama Mendonça Simões Manaia

João Rodrigo Appleton Moreira Rato

Manuel Custódio de Oliveira

Conselho Executivo

Jaime Alberto Marques Sennfelt Fernandes Falcão (*Presidente*)

Paula Maria Mendes Nanita Lopes de Oliveira

Margarida Isabel Feijão Antunes Rebocho

Conselho Fiscal

Diogo de Freitas Branco Pais (*Presidente*)

Rui Tiago Trindade Ramos Gouveia

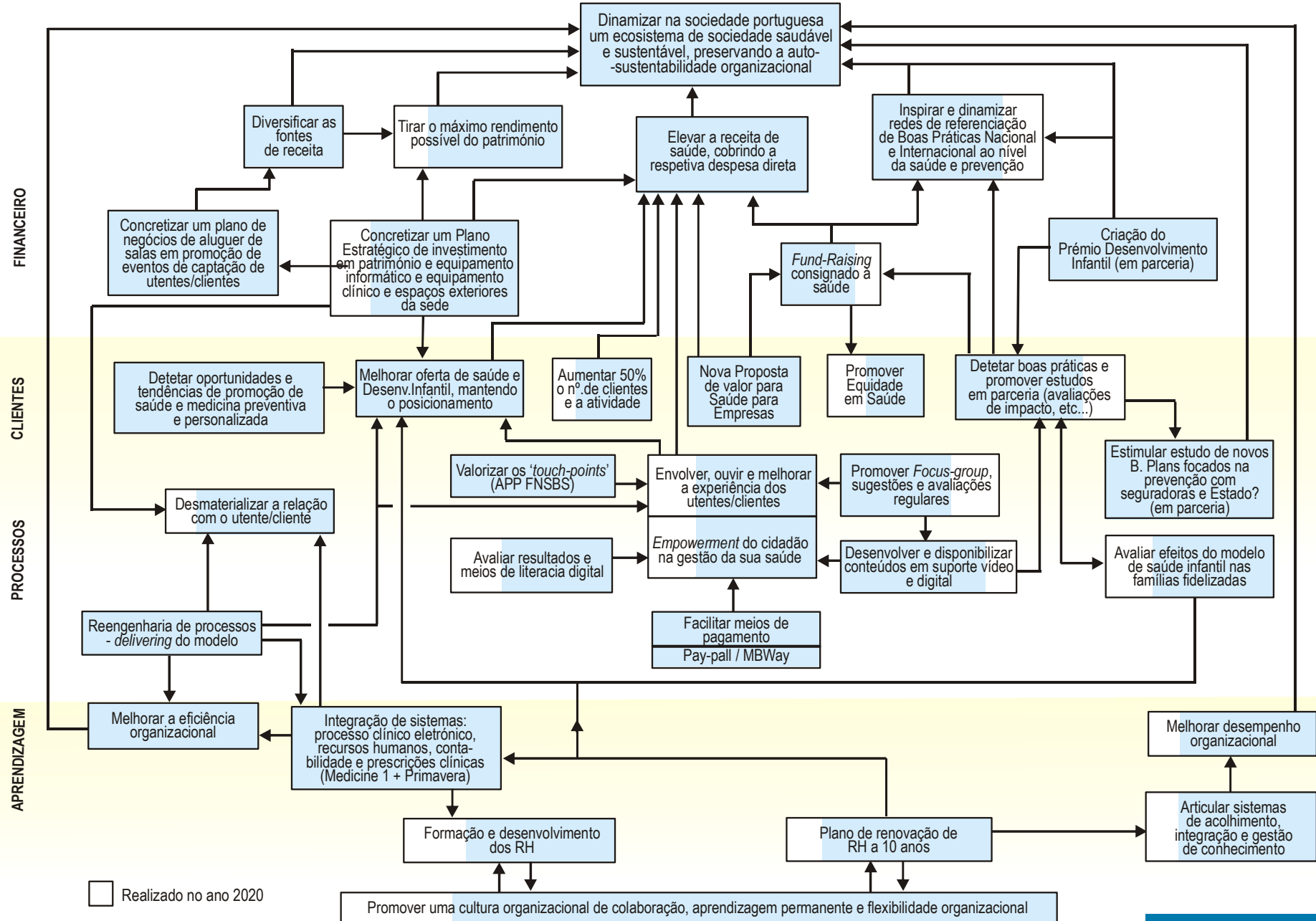
Hugo Alexandre Lopes Pinto

Anexos



MAPA ESTRATÉGICO 2020 - 2025

Anexo 1



Participantes		Observadores
Etelvina Ferreira EF – Ação Social de Proximidade - SCML	Maria João Vargas Moniz MJM– Investigadora - ISPA	Mafalda Lourenço -FNSBS
Isabel Gomes IG– Infância e Juventude - SCML	Sofia Machado Rosa SR– Diretora técnica - APIA	Mariana Cortez – ISPA
Maria do Carmo Vale MCV– Neuropediatra - FNSBS	Moderação Paula Nanita– FNSBS	Lourdes Hill - FNSBS

1. Porque são importantes os primeiros anos de vida?

EF: Os primeiros anos de vida são fundamentais porque é neles que se decide o **futuro da criança**. Começam antes do nascimento, no período de gestação. É essencial que a **família esteja preparada**, em termos de competências, para a chegada do bebé, que merece todo o seu investimento. As políticas sociais de apoio à maternidade, na gravidez, na área da empregabilidade e à primeira e segunda infância são essenciais. O **enquadramento familiar, afetivo, relacional**, mas também o **enquadramento institucional** (equipamentos de primeira e segunda infâncias), das crianças a partir do momento que nascem influenciam o seu bem-estar nos primeiros anos e nos anos futuros. É necessária uma grande articulação entre as instituições, em termos de acompanhamento de cada criança, e as famílias. Nomeadamente, as **famílias mais frágeis, multi-desafiadas, precisam do apoio dos serviços no saber cuidar** (saber tratar, identificar um choro, por exemplo). Os serviços devem poder ajudar às famílias no desenvolvimento das suas competências de acompanhamento das suas crianças.

IG: Os 1000 primeiros dias de vida são a fase mais importante para a nossa vida futura porque é neles que nós temos a **oportunidade de desenvolver** determinadas capacidades que **se não forem desenvolvidas e estimuladas poderão ficar comprometidas**. Duas questões essenciais: **a vinculação e estimulação sensorial**. As famílias têm que ter tempo para as suas crianças. As crianças precisam de ter **tempo** para serem estimuladas: para conhecer o que as rodeia, o seu meio, para ver como os adultos fazem, porque é também nesse tempo que as crianças aprendem as regras, que aprendem a sua forma de estar na sociedade. É importante fazer com que as famílias que eventualmente não tiveram o seu percurso muito fácil e provavelmente não tiveram estas oportunidades, acreditem que podem dar estas oportunidades aos seus filhos e é necessário trabalhar com elas para que as suas crianças tenham uma vivência segura que lhes permita explorar o meio sem medos, conseguir gerir o seu stress e que lhes permita muito mais do que só os cuidados básicos. É fundamental preparar a família toda para o nascimento de uma criança (não só os pais, mas também os avós e os irmãos) porque este é o meio para que esta criança possa eventualmente ter uma vida diferente daquela que tiveram os seus pais.

MCV: Há **razões biológicas e há razões socioambientais** para a importância dos primeiros 3 anos de vida. As razões biológicas prendem-se com o património genético, constituído por uma multidão de características genéticas e por biliões de neurónios. Estes neurónios têm poucas ligações entre si quando a criança nasce e será o crescimento das conexões e articulações entre neurónios que fará com que a criança se desenvolva. Vão ser tanto mais acentuadas quanto maior for o **estímulo socioambiental** não só em termos de **bem-estar físico**, mas sobretudo em termos de **bem-estar emocional** e nas oportunidades de exploração do meio, de favorecimento de **oportunidades de aprendizagem por imitação**, todo um conjunto de condições que a criança tem de ter. O nascimento de uma criança deve ser preparado 100 anos antes dela nascer: as condições socioeconómicas, as políticas sociais, só têm efeitos a médio/longo prazo. Durante a gestação toda a condição da grávida, quer do ponto de vista do bem-estar biológico, quer do ponto de vista emocional é fundamental. Quando a criança nasce temos obrigação de, não só de preparar esses pais, como também de criar condições para que a criança, ao sair da família, **floresça de forma mais equilibrada e equitativa em termos de oportunidades**, ou seja, é necessário dar mais oportunidades àqueles que precisam, que nascem mais desfavorecidos, de forma a diminuir os fossos de desigualdade quer em termos materiais quer em termos socio-emocionais e educativos.

MJM: As crianças devem ser tornadas **um bem comum**. Isto é, as crianças não são propriedade nem das famílias, nem das instituições, mas sim um bem público para ser gerido em conjunto, numa parceria, com todos **os intervenientes que podem contribuir para o seu desenvolvimento físico, emocional e social**, para que possam **florescer na perspetiva das capacidades humanas** (combinação entre talento individual e contexto que permite o desenvolvimento do potencial individual). É necessário criar um sistema que permita à **criança florescer no contexto da família**, com mecanismos para avaliar o seu bem-estar em todas as circunstâncias. O cuidado de saúde primário é a primeira janela de oportunidade que existe para compreendermos não só as características individuais de cada criança, nos seus primeiros momentos, nas primeiras etapas, mas também o acompanhamento da gravidez e a prevenção da violência. A violência contra as mulheres, é também violência sobre as crianças, e a violência contra as grávidas é um fenómeno que não é tão raro como se possa pensar. São necessários mecanismos mais fortes, mais robustos, nos cuidados de saúde primários para que as crianças tenham um acompanhamento mais próximo, mais continuado. Não só em termos médicos, mas com enfermagem muito especializada em bebés e em crianças pequenas, que se centre efetivamente no cuidar. É necessário o regresso da pediatria ao centro de saúde, porque é um recurso muito importante para assegurar às famílias que os cuidados estão efetivamente a ser prestados ou se é preciso um cuidado adicional e especializado. É também importante a dimensão social: recursos comunitários que permitam que as famílias não sofram privação económica, que tenham oportunidade de trabalhar, mas também recursos comunitários que, em locais mais desfavorecidos possam fazer a diferença nos primeiros anos de vida em termos de dar acesso a oportunidades de toda a natureza, que não existam no contexto familiar, por exemplo acesso à música.

SR: Os primeiros anos de vida (dos 0 aos 3) são uma **janela de aprendizagem que se perde**, e com alguma dificuldade será recuperada, se não existem estímulos adequados, dada a **grande velocidade a que a criança adquire a vinculação de qualidade e as aprendizagens, conhecimentos e competências** neste período. A criança nesta idade deve ser considerada tão válida como nas infâncias seguintes, e é importante **distinguir entre o que é o cuidar (domesticar das relações) e a intencionalidade educativa/pedagógica**. As crianças devem ser vistas como seres competentes, com todas as capacidades inerentes de aprendizagem e, por isso, é necessário proporcionar-lhes os desafios necessários, uma vez que a criança é a promotora do seu próprio desenvolvimento de aprendizagens.

1. Como os tratamos em Portugal?

O que é que já fazemos e o que é que nos falta fazer? (Pode dar exemplos)

EF: Não diria que os tratamos mal, mas temos muito trabalho a fazer. É um caminho longo e muito desafiado. O acompanhamento em termos da saúde é fundamental, não só a vacinação como garante de prevenção, mas nomeadamente a questão da alimentação. A alimentação é uma área em que deveria haver um investimento muito grande ao nível institucional, ao nível da rede escolar, porque muitas vezes sabemos que há défices em casa (que podem ser por falta de recursos ou por desadequação). Há que trabalhar com as famílias no sentido da criação de competências nesta área tão importante, uma vez que é sabido que uma alimentação equilibrada é a que satisfaz todas as necessidades que promovem o desenvolvimento da criança.

Por exemplo, uma atividade que se fez há uns anos, numa comissão social de freguesia em que se achava que as crianças não tinham os hábitos alimentares adequados. Foram convidados todos os parceiros integrantes da comissão social de freguesia, as escolas de 1ª e 2ª infância e os pais/famílias. Tivemos o patrocínio da Makro, que facultou bem essenciais para a sopa, para a salada, aa fruta, com que montámos uma banca como se fosse uma banca de praça. As crianças dos vários equipamentos foram convidadas a ir à praça buscar tudo aquilo que elas entendiam que era alimentação saudável e que depois poderia constituir uma sopa. E as crianças fizeram isto com muita alegria. Tínhamos cozinheiros dos restaurantes da comunidade, que foram para confeccionar sopas. Toda a gente achava que ninguém ia comer sopa às 4 da tarde e as crianças comeram a sopa e ao fim perguntavam “e agora quando é que vimos comer a tua sopa?”.

Outra questão é a questão da violência. A violência doméstica e a violência a que as crianças estão expostas num contexto de violência doméstica. Adicionalmente, por norma, em contexto de violência doméstica, quem sai de casa são a mãe e as crianças, ficando assim sujeitas a mais uma forma de violência (o abandono da própria casa e, muitas vezes, as múltiplas transferências entre casas-abrigo).

IG: Trabalhar competências com famílias multidesafiadas de forma a que as suas crianças possam sair do ciclo de exclusão e pobreza em que vivem.

As Equipas de Apoio à Família da SCML são equipas multidisciplinares, constituídas por ajudantes familiares, psicólogos, educadores sociais e de infância, assistentes sociais que têm um modelo de intervenção (criado em 2017 e baseado no modelo ecológico de Brofenbrenner) multissistémico. Trabalham não só o sistema familiar parental, mas também com os avós, os tios, ou seja, com toda a família das crianças, dentro do contexto onde elas estão inseridas e numa abordagem muito colaborativa com as famílias. Trabalhamos essencialmente na casa das famílias, ou agora no tempo do COVID também nos jardins e espaços de Lisboa. O modelo é constituído por 5 fases, mas há duas especialmente importantes:

1ª – conhecimento das famílias - em que temos uma série de instrumentos (genogramas, ecomapas, etc.) que tentamos aplicar de forma fácil e até lúdica para que as famílias e as crianças possam colaborar e perceber o que está a ser aplicado. É essencial ouvir a criança, porque quem nos dá as maiores informações do que se passa na família é a criança;

2ª – capacitação - ajudar a família a reconhecer quais são as suas principais dificuldades, e como é que as vamos superar, não só ao nível das capacidades parentais e das competências pessoais e sociais que têm que adquirir, mas também ao nível da empregabilidade e da formação.

Em 2018, fizemos um estudo e percebemos que as situações nos estavam a ser sinalizadas muito tarde. A maior parte delas eram de crianças com mais de 6 anos, sinalizadas quando iniciavam a escolaridade. Investiu-se então na sensibilização dos técnicos (CPCJs, UDIPs) para uma sinalização mais precoce, uma vez que o grande objetivo é intervir o mais cedo possível, por forma a que as famílias quando as crianças iniciam a escolaridade já não precisem do apoio dos técnicos por já terem as competências necessárias adquiridas.

MCV: Não tenho muitas dúvidas em relação a isso. É uma pergunta difícil, mas tratamo-las mal. 25% das crianças em Portugal vivem em situação de pobreza e, por isso, a erradicação da pobreza infantil é um imperativo categórico, sobretudo nesta última década, em que houve um empobrecimento muito grande das nossas populações e sobretudo sabemos que a infância foi duramente afetada. A pobreza material é uma realidade que nós temos de combater séria e frontalmente para podermos melhorar as condições de vida das nossas crianças.

O que temos de positivo:

- Em termos educativos houve grandes progresso no nosso país, em relação à filosofia educativa, por exemplo, as atitudes e a legislação que visam a inclusão das crianças diferentes ou de crianças com menos capacidades. A inclusão, as crianças aprenderem umas com as outras, as crianças que não têm problemas aprenderem com as que têm problemas, as que têm problemas aprenderem com as que não têm, e todos nós constituirmos desde pequeninos uma cultura de tolerância e de sensibilização para aquilo que é diferente.
- O ensino obrigatório, e um ensino pré-escolar aos 5 anos.
- As CPCJs.
- O Sistema Nacional de Intervenção Precoce. É um sistema que tem modificado muito seriamente o panorama do apoio à criança com deficiência e às famílias.
- O IAC, que tem feito um trabalho de estudo importante na nossa na população infantil e teve uma intervenção importante.
- A legislação protetora da criança e da família através das licenças da maternidade. A redução do horário laboral para as mães que estão a amamentar e neste momento temos 1/3 das crianças até aos 6 meses a ser amamentadas exclusivamente por leite materno, o que nos coloca a nível europeu em 4º lugar, não é nada mau.
- O Sistema Nacional de Saúde que, neste momento, cumpre relativamente bem o primeiro ano de vida do ponto de vista de vigilância médica da criança, mas que depois falha redondamente no seguimento das famílias e das crianças até aos 18 anos.

O que temos de negativo:

- Não existe praticamente pediatria a não ser a privada ou a pediatria hospitalar. Era importante que houvesse pelo menos um pediatra em cada centro de saúde. No mínimo, para seguir as crianças com doenças crónicas que são cada vez mais no nosso meio, uma vez que dada a evolução da ciência, conseguimos que crianças que antes faleciam nos primeiros anos de vida sobrevivam até à idade adulta, mas que precisam de um seguimento pelo menos até aos 18 anos, poupando assim os hospitais que, por sobrecarga, não conseguem dar o apoio necessário, nem funcionar como rede de suporte para estas crianças e famílias.
- Temos uma necessidade muito grande de amas bem formadas e creches. Mas creches que estejam a custo 0 ou pelo menos que as famílias possam custear a maior parte delas.
- Temos uma natalidade baixa. Talvez se conseguíssemos elevar um bocadinho o patamar das condições de ajuda e de suporte às famílias, pudéssemos ter uma natalidade um pouco mais elevada.

MJM: Todos queremos tratar bem as crianças, mas ainda há muito trabalho a fazer. São milhões de interações, provavelmente. Não podem correr todas bem, mas nós adultos temos que criar ambientes seguros, não caóticos. Se quisermos tratar melhor as nossas crianças, sobretudo nos 0 – 3 anos, temos que pôr os sistemas e o espaço que os medeia a funcionar em articulação. A ação social pode fazer toda a diferença. Os ajudantes sociofamiliares vão a casa das pessoas, ajudar a família a organizar-se. O apoio domiciliário é essencial para conhecer as condições das pessoas, e como é que os seus bebés e os seus meninos pequenos são efetivamente tratados, as questões não só da higiene, mas também da organização e da segurança das crianças. Temos muitas crianças institucionalizadas. Como é que podemos fazer a prevenção destas situações de modo a que não seja preciso institucionalizar? Só através dos sistemas que já existem, que funcionem como mecanismo de supervisão. Há que mostrar a criança, ela tem que ser vista em sítios diferentes na comunidade. A parentalidade não deve ser exclusiva, mas ser partilhada com os recursos da comunidade, o que fará com que a criança se torne um bem público, em que todos temos que investir. O ambiente escolar nem sempre é favorável à criança. Dos 0 aos 3 anos, criar ambientes saudáveis é o grande desafio.

Exemplo: um projeto de promoção do sucesso educativo, realizado nos Açores e em Peniche. Parcerias de Intervenção Comunitária para a Promoção do Sucesso Educativo, integradas no Programa ProSucesso. Têm já um manual online e está outro em produção. Trabalho intensivo com as famílias. Ligação entre escolas e famílias e outros serviços. As famílias lutam contra as suas próprias dificuldades e é fundamental o diálogo entre os vários sistemas, em que cada um (a escola, a ação social, a família) mostra o que pretende, qual é a sua expectativa. As famílias estão interessadas e envolvem-se, mesmo as originárias de locais muito remotos.

SR: Não tratamos bem os primeiros anos de vida. Políticas educativas:

- A creche é uma resposta social e não uma resposta educativa. Está sob a tutela da Segurança Social em vez de tutelada pelo Ministério da Educação. A educação dos 0 aos 3 anos não é vista como um direito da criança, mas como uma necessidade social, um que cria fragilidades nas respostas, nomeadamente o facto de a legislação prever que haja 10 bebés para 2 adultos numa sala berçário. Menos chocante, mas longe da situação ideal, as salas de 1 ano terem 14 crianças e as de 2 anos 18 crianças.

- Há uma componente e uma vertente educativa que é fundamental introduzir com urgência.
- O tempo de serviço dos educadores das creches não é contado para efeitos de carreira, só é contado a partir do pré-escolar, uma vez que não estão sob a alçada do Ministério da Educação.
- Não se investe na qualidade dos serviços nem na intencionalidade das linhas pedagógicas, apesar de toda a evidência trazida pelas neurociências em relação ao desenvolvimento do cérebro do bebé e aos estímulos a ele necessários.
- É urgente ver o bebé como um ser competente.

O exemplo da APIA:

Baseada no modelo do movimento da Escola Moderna, com uma componente de desenvolvimento e exploração artística inspirada no movimento Reggio Emília. Há uma gestão democrática e partilhada de todo o acolhimento da família e do bebé, desde o processo de inscrição. Por exemplo, na questão da alimentação, é a família que decide e que vai orientando a introdução de novos alimentos no caso do berçário. Os meninos das salas de 1 e 2 anos escolhem a fruta que querem comer diariamente. O adulto tem um papel de orientação, no caso de a criança escolher sempre a mesma fruta.

Formação dos educadores e dos auxiliares de ação educativa:

- Investe-se muito pouco na formação e investe-se muito pouco na formação dos profissionais de creche. É necessária formação de qualidade que os retire de um estado de automatismo na prestação de cuidados básicos aos bebés, e que lhes dê capacidade reflexiva, intencionalidade pedagógica.
- Promoção da avaliação dos bebés em creche, com instrumentos próprios e que já existem.

3. A que devemos dar prioridade, como sociedade, para valorizar mais este tão importante período de vida?

EF 1) Tempo de qualidade que, enquanto pais, enquanto educadores, enquanto família alargada, lhes podemos proporcionar. Temos que apostar nesta valorização e no desenvolvimento das competências familiares no sentido de podermos proporcionar tempos de qualidade às crianças. 2) Formação dos técnicos e do pessoal auxiliar com qualidade, devidamente robustecida com intencionalidade pedagógica. 3) Educação – com a introdução do Plano Nacional de Leitura em salas de creche, por exemplo. A leitura e a educação são as armas que temos ao nosso alcance.	IS: 1) A importância do brincar. Dar a conhecer aos pais o quanto é importante brincar com os seus filhos olhos nos olhos, estar com as crianças, saber responder, porque as crianças pedem-nos isso. 2) Oportunidades para as crianças. Ainda continuamos a ver que tendo em conta o contexto social onde se vive, assim se tem oportunidades. É fundamental dar oportunidades a essas crianças de poderem descobrir os seus talentos e alargar os seus horizontes. Há um leque de oportunidades que estes miúdos têm que ter para poderem sair do ciclo de exclusão.
MCM: 1) Programas de combate à pobreza das famílias e criança. O envolvimento e a articulação do papel dos serviços de ação social, autarquias, misericórdias, a importância da formação dos ajudantes familiares e amas, e o empoderamento, a capacitação das famílias é uma importante ferramenta que se vai repercutir muito positivamente e naturalmente nas crianças.	MJM: 1) Prevenção da violência, em todas as suas formas, incluindo o abuso sexual de crianças. 2) Investimento no cuidado de saúde primário de sentido aberto à comunidade, ou seja, as equipas estarem nas comunidades, irem aos contextos, estarem com as famílias, fazerem um acompanhamento próximo.

2) Maior investimento educativo no grupo etário dos 0 aos 6. 3) Melhoria e alargamento dos serviços de saúde mental. Há uma elevada percentagem de crianças com problemas de desenvolvimento emocional e de desenvolvimento psicomotor em que um dos pais tem problemas de saúde mental. Toda a criança oriunda do meio familiar em que um dos pais tem uma doença mental, deve ser considerada uma criança de risco e deveria ser automaticamente referenciada ao sistema nacional de intervenção precoce, que neste momento não tem capacidade para dar resposta. 4) Diminuir institucionalização de crianças e privilegiar a colocação familiar. Cada vez mais nós somos o país que está na cauda da Europa com as crianças institucionalizadas.	SR: 1) Reconhecimento do período da creche como um direito da criança e não apenas como uma resposta a uma necessidade social, passando a tutela para o Ministério da Educação com tudo o que isso implica. 2) Formação inicial de educadores e auxiliares. Dotar estes profissionais de capacidade reflexiva que lhes permita estar permanentemente a avaliar construtivamente a sua ação, tirando assim também um bocadinho o cariz doméstico e devolvendo a cientificidade do que pode ser feito nesta resposta de creche, ou seja, por exemplo, terem a consciência de que determinado estímulo proporciona o desenvolvimento de determinada competência; perceber o que se está a fazer tem uma intencionalidade pedagógica adequada.
---	--



A Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso – FNSBS vai participar na campanha europeia de promoção de *Early Child Development*, tentando colocar o tema do desenvolvimento infantil na agenda em Portugal, de modo a promover uma maior consciência por parte de toda a sociedade sobre a importância dos primeiros anos de vida no processo de desenvolvimento humano.

No âmbito do plano de atividades da Campanha Europeia pelo Desenvolvimento Infantil, cujo lançamento ocorrerá a 15 de dezembro de 2020, a Fundação - FNSBS lança agora a **CALL for PAPERS FIRST YEARS COUNT!** visando recolher os Artigos publicados, sobre investigação, políticas e práticas associadas ao Desenvolvimento Infantil, dos 0-6 anos, preferencialmente nos primeiros 1.000 dias de vida, bem como eventuais estudos de impacto das mesmas.

Contexto

Os primeiros meses e anos de vida são períodos de oportunidade única na formação física, mental e emocional de cada criança. O que acontece nestes primeiros anos poderá ter impactos na sua formação como pessoa, na saúde ao longo da vida, na escolaridade e na futura empregabilidade.

O cérebro desenvolve-se a um ritmo intenso e irrepetível nos primeiros 1.000 dias de vida. *Este período é fundamental para que o processo do neurodesenvolvimento se faça de forma a permitir que a criança desenvolva competências* de autorregulação, de empatia e de autoconfiança e as capacidades de aprender, de construir relacionamentos positivos e de interagir com o meio que a rodeia.

A Melhorar esta realidade só será possível mediante a promoção de uma maior consciência sobre a importância do desenvolvimento infantil junto da sociedade em geral.

Através da CALL e a posterior divulgação alargada dos Artigos admitidos, a Fundação tem como objetivo promover a consciencialização da sociedade em geral, inclusive dos decisores políticos, no sentido de reconhecer e valorizar a importância dos primeiros anos de vida como fulcral na sustentabilidade de qualquer sociedade.

Objetivo da CALL for PAPERS FIRST YEARS COUNT!

A **Call for Papers FIRST YEARS COUNT!** visa recolher os Artigos publicados sobre investigação, políticas e práticas associadas ao Desenvolvimento Infantil dos 0-6 anos, preferencialmente nos 1.000 primeiros dias de vida (0-3anos), bem como a divulgação dos Artigos admitidos no âmbito da campanha europeia de promoção de *Early Child Development*.

Caraterísticas do Artigo a submeter

- Artigos publicados sobre estudos realizados de investigação, políticas ou práticas associadas ao Desenvolvimento Infantil, nos primeiros 6 anos de vida, preferencialmente nos 1.000 primeiros dias de vida (0-3 anos), bem como eventuais estudos de impacto, incluindo estudos comparativos, nas vertentes económica, social, na saúde, na escolaridade, na empregabilidade, decorrentes do investimento ou desinvestimento nesses anos de vida.

- Os Artigos, em português ou inglês, devem ser acompanhados de um *abstract* em ambos os idiomas, indicando a(s) referência(s) de publicação.
- Será dada preferência aos Artigos com *Referee*.

Datas relevantes

Prazo de **Submissão** – Até 28 de fevereiro de 2021

- Os Artigos, devem ser enviados para firstyearscount@fnsbs.pt
- Os(as) autores(as) devem indicar contacto de email, telefónico, e eventuais contas na web e nas redes sociais, visando o contacto posterior por parte da entidade organizadora.

Prazo de **Divulgação** – Até setembro de 2021

- Os Artigos admitidos serão alvo de divulgação nas redes sociais e no site da Fundação e/ou na página da campanha pelo Desenvolvimento Infantil, a criar.
- Os autores dos Artigos selecionados apresentarão as suas conclusões no grande encontro *FIRST YEARS COUNT! WHAT'S NEXT?* a realizar no dia 17 de setembro de 2021 na Fundação Calouste Gulbenkian.
- Será elaborado e divulgado o Livro de Atas do grande encontro referido no ponto anterior.
- A Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso reserva-se o direito de tomar as decisões finais quanto à divulgação.

Entidade organizadora

Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso - FNSBS

A Fundação – FNSBS é uma instituição focada, desde 1951, na promoção da saúde e na prevenção da doença, com especial incidência na gestação, na saúde da criança e do adolescente e em abordagens preventivas, prosseguindo o bem geral e a aposta no investimento nos primeiros anos de vida e na promoção da saúde.

Enquanto membro efetivo da Eurochild, a FNSBS, associa-se à *Early Child Development Campaign*, em prol do Desenvolvimento Infantil e da sua importância para a construção de uma sociedade mais saudável e sustentável.

A *Early Child Development Campaign* é coliderada pela Eurochild e pela *International Step by Step Association*, em parceria com a *European Public Health Alliance* e com o *Roma Education Fund*, abrangendo, até final de 2021, 9 países: Sérvia (Pomoc Deci), Espanha (Plataforma de Infancia), Portugal (Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso), Finlândia (Central Union for Child Welfare), Hungria (Family, Child, Youth Association), Irlanda (Child Rights Alliance), Bulgária (Trust for Social Achievement), Roménia (Step by Step Center for Education and Professional Development) e França (Ensemble pour l'Éducation de la Petite Enfance).

Contactos

Para eventuais esclarecimentos, contactar Mafalda Lourenço – Coordenadora do Gabinete de Desenvolvimento Social - 211 533 818 ou firstyearscount@fnsbs.pt.

Aos autores interessados sugere-se também a consulta em www.fnsbs.pt.

COVID-19 Serviços de Saúde Protocolo de Atendimento em Segurança

A Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso continua aberta e disponível para receber os seus utentes/clientes para todas as especialidades com segurança.

O Protocolo de atendimento visa a segurança de todos

Todos os profissionais da Fundação que o recebem estarão equipados e a cumprir todos os protocolos de prevenção e segurança.

Marcação de consulta, tratamento ou exames

Contacto prévio por telefone ou e-mail

Entrar em contacto com a Fundação via telefone 213031420 ou e-mail atendimento@fnsbs.pt onde lhe serão comunicados todos os procedimentos.

No contacto telefónico, despiste obrigatório Covid-19

Antes da consulta ser-lhe-á feito um breve despiste telefónico sobre sinais e sintomas dos últimos 14 dias, relacionados com o vírus Covid-19.

AUTO TRIAGEM é muito importante

Caso tenha consulta marcada e nos últimos 14 dias a criança/adulto teve contacto com alguém com Covid-19 ou teve sintomas associados à Covid-19 (tosse, febre acima dos 37.5º, falta de ar, dores de cabeça, mal-estar, ausência de cheiro e gosto), deve remarcar a consulta.

Caso se encontre em isolamento profilático de 14 dias, e ainda não terminou esse período, deve remarcar a consulta.

Informe, por favor, a Fundação - 213031420 - caso nos 14 dias subsequentes à sua vinda à Fundação tiver diagnóstico positivo para a Covid-19.

COVID-19 Serviços de Saúde Protocolo de Atendimento em Segurança

Boas Práticas - Regras Gerais

Acompanhantes apenas para menores

Apenas será permitida a presença de 1 acompanhante por cada menor de idade.



Ser pontual

Para evitar cruzar-se com outros utentes, deve respeitar o horário e ser pontual.



Evitar trazer acessórios e vestuário desnecessários

Para uma maior prevenção, simplificação e articulação, evite trazer acessórios e vestuário desnecessários.



No interior da Fundação circulará sempre com máscara

Deverá trazer a máscara já colocada assim como as crianças a partir de 2 anos de idade.



Higienizar as mãos com solução alcoólica à entrada e à saída

À entrada e saída das instalações da Fundação deverá desinfetar as mãos com solução alcoólica.



Mantém distância de 2 metros das outras pessoas

Mantenha-se a uma distância de, pelo menos, 2 metros de outras pessoas que possam estar presentes no espaço.



Não tocar em superfícies desnecessariamente

Evite, ao máximo, tocar em equipamentos, áreas e materiais senão o estritamente necessário.



Privilegiar pagamentos por Multibanco, MB Way ou transferência bancária.



Nas instalações da Fundação

Organizamos um círculo diferenciado de entrada e saída nas instalações

Deve trazer a máscara colocada, assim como as crianças a partir dos 2 anos - Se estiver danificada, será substituída.

Cada utente será acolhido à chegada por uma enfermeira que:

- orientará para a higienização das mãos
- verificará a utilização correta da máscara
- medirá a temperatura corporal
- efetuará um despiste obrigatório sobre sintomas Covid-19

Na Saúde Oral, Ortodontia e Medicina Dentária:

- de preferência a criança/jovem entra sozinha no gabinete - Não deve escovar os dentes nas instalações.
- será cobrada uma taxa pela utilização de EPI - Equipamento de Proteção Individual.



www.fnsbs.pt

ATA N.º 66/2-CF

No dia trinta de março de dois mil e vinte e um, pelas onze horas, reuniu, por meios exclusivamente telemáticos, em virtude das restrições emergentes da pandemia originada pela Covid-19, o Conselho Fiscal da Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso, adiante designada abreviadamente por “Fundação”, estando presentes todos os seus membros, o Senhor Professor Doutor Diogo de Freitas Branco Pais, Presidente, e os Senhores Dr. Rui Gouveia e Eng.º Hugo Pinto, Vogais.

Estiveram igualmente presentes na reunião, a convite do Senhor Presidente, os membros do Conselho Executivo, o Senhor Eng.º Jaime Falcão, Presidente, a Senhora Dr.ª Paula Nanita e a Senhora Dr.ª Margarida Rebocho, Vogais, bem como o Senhor Dr. Duarte da Cunha, Vogal do Conselho Geral, e, bem assim, o Senhor Dr. Paulo Costa, o Contabilista Certificado da Fundação.

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião, tendo agradecido a presença de todos e referido que a mesma tinha por ponto único da ordem de trabalhos dar cumprimento ao disposto na al. b) do artigo décimo nono dos estatutos da Fundação, a saber: *“Examinar e emitir parecer, anualmente, sobre o relatório anual de gestão e de atividades, o balanço e os demais documentos de prestação de contas do exercício, apresentados pelo Conselho Executivo”*.

De seguida, entrou-se na apreciação do ponto único da ordem de trabalhos, tendo o Conselho Fiscal procedido à análise do relatório anual de gestão e de atividades, relativo ao exercício de dois mil e vinte, que foi previamente distribuído e que se encontra devidamente arquivado junto da Fundação.

O Senhor Presidente aproveitou igualmente para destacar que, à semelhança do sucedido no ano findo, o referido relatório e a atividade da Fundação tinham beneficiado de um processo de auditoria realizado pela KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada pelo Senhor Dr. Paulo Paixão, Revisor Oficial de Contas, estando já emitido o projeto final do respetivo Relatório de Auditoria que foi disponibilizado aos membros do Conselho Fiscal e cuja cópia fica igualmente arquivada junto da Fundação.

Seguidamente, o Presidente do Conselho Executivo, Senhor Eng.º Jaime Falcão, e a Vogal do Conselho Executivo, Senhora Dr.ª Paula Nanita, procederam a uma apresentação sobre a atividade e o desempenho da Fundação no exercício findo de dois mil e vinte e, bem assim, quanto a perspetivas futuras, tendo esclarecido todas as questões que foram levantadas pelos membros do Conselho Fiscal no decorrer dessa apresentação sobre a atividade da Fundação e o seu prédio de rendimento sito nas Amoreiras e sobre as medidas tomadas no contexto da pandemia originada pela covid-19.

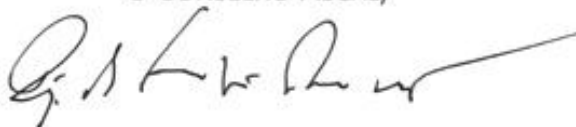
X

Terminada a apresentação e após o esclarecimento de todas as dúvidas que foram suscitadas, o Conselho Fiscal procedeu ainda à análise do balanço e dos demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo de dois mil e vinte. Concluída a troca de impressões sobre os documentos apresentados e respetivo exame do relatório anual de gestão e de atividades, bem como do balanço e dos demais documentos de prestação de contas do exercício de dois mil e vinte, apresentados pelo Conselho Executivo, os membros do Conselho Fiscal emitiram parecer favorável relativamente a esses mesmos documentos, considerando que os mesmos mereciam integral aprovação por parte do Conselho Geral.

Por último, o Conselho Fiscal elogiou e manifestou o seu apreço pela gestão desenvolvida pelo Conselho Executivo e pela contribuição de todos os colaboradores da Fundação na consecução dos objetivos da Fundação no decurso do ano findo de dois mil e vinte.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião pelas treze horas e da mesma se lavrou a presente ata, que contém o *supra* referido parecer do Conselho Fiscal relativo ao relatório e contas anuais da Fundação, e que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos membros do Conselho Fiscal.

O CONSELHO FISCAL,



(Diogo de Freitas Branco Pais)

(Rui Gouveia)

(Hugo Pinto)

ATA N.º 15/1-CG

No dia 13 de abril de 2021, pelas 15.30 horas, reuniu, por meios telemáticos, o Conselho Geral da Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso. Estiveram presentes os seguintes membros do Conselho Geral:

- Dr.ª Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira
- Dr.ª Margarida Manaia
- Dr.ª Maria Posser de Andrade
- Dr. Manuel Augusto de Lemos
- Eng.º João Moreira Rato
- Dr. Manuel de Oliveira
- Dr. Duarte da Cunha

Nos termos do artigo 12º dos Estatutos foram convocados e estiveram também presentes os membros do Conselho Executivo: Eng.º Jaime Falcão, Dr.ª Paula Nanita e Dr.ª Margarida Rebocho

A Sr.ª. Presidente constatou que a reunião tinha sido regularmente convocada por correio eletrónico e leu a Ordem de Trabalhos seguinte:

- 1 – Análise discussão e deliberação sobre o Relatório de Gestão e Contas da Fundação relativo ao ano de 2021
- 2 – Designação dos membros do Conselho Fiscal para o mandato de 2021 a 2025.
- 3 – Outros assuntos

A Sr.ª Presidente começou por referir que os relatórios e contas em questão foram previamente enviados a todos os presentes e que os mesmos mereceram a certificação legal de contas da empresa de auditoria KPMG (a qual não é legalmente obrigatória) bem como o parecer favorável do Conselho Fiscal. De seguida disse que, antes da ordem do dia queria propor ao Conselho Geral um voto de pesar pelo falecimento da Sr.ª D. Maud Queiroz Pereira, fundadora da fundação. Passou então a ler a sua proposta que foi aprovada por unanimidade e que faz parte integrante da presente ata. Disse depois a Sr.ª presidente que gostaria também de propor um voto de pesar pelo falecimento da Sr.ª Enfermeira Louise da Cunha Teles, pessoa que durante largos anos dirigiu a Fundação e que faleceu no passado mês de março. Foram lidas as e aprovadas as seguintes propostas:



Voto de pesar pelo falecimento da Sr.ª D. Maude Mendonça de Queiroz Pereira

A FNSBS nasceu fruto da iniciativa visionária da Sr.ª D. Maude Mendonça de Queiroz Pereira que, há 70 anos e de forma pioneira, entendeu que era necessária uma abordagem integrada de saúde e de apoio social para promover condições de desenvolvimento harmonioso a todas as crianças, independentemente das suas condições socioeconómicas.

Desde então, no seu já longo percurso, em que atravessou múltiplas crises institucionais e económicas do País, e até aos dias de hoje, a Fundação mantém-se como uma instituição de referência na demonstração de boas práticas de saúde pública e de prestação de serviços à comunidade. Os serviços que presta, assentes em programas de proteção de saúde e em cuidados preventivos adaptados a cada utente, são ainda pioneiros na realidade da saúde pública em Portugal.

Por isso, a Fundação mantém a sua relevância e o seu papel como catalisadora de um processo de transformação que leve a sociedade a investir na promoção de condições saudáveis de desenvolvimento de todas as crianças.

A missão inicialmente traçada pela sua visionária fundadora é, por isso, a que ainda hoje nos inspira a levar para o futuro o seu legado, a Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso, orgulho dos seus colaboradores, utentes e corpos sociais.

O conselho Geral da Fundação presta, desta forma, a sua homenagem e aprova um voto de pesar pelo falecimento da Senhora D. Maude Mendonça de Queiroz Pereira, ocorrido no dia 7 de abril de 2021, no profundo agradecimento pela sua atitude visionária ao criar a Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso.

Para que o seu papel de fundadora da instituição fique para sempre registado de forma visível, o Conselho Geral decide instalar no salão da biblioteca da Fundação um retrato recordatório da D. Maude Mendonça de Queiroz Pereira.

Voto de pesar pelo falecimento da Sr.ª Enfermeira Louise Cunha Teles

A FNSBS, fruto da iniciativa visionária da Sr.ª D. Maude Mendonça de Queiroz Pereira estabeleceu, há 70 anos e de forma pioneira, um novo referencial com uma abordagem integrada de saúde e de apoio social para promover condições de desenvolvimento harmonioso a todas as crianças independentemente das suas condições Socioeconómicas.



A Sr.^a. Enfermeira Louise Cunha Teles fez parte do já longo percurso desta Fundação, integrando a sua equipa desde o seu início, assumindo posteriormente a sua liderança por mais de 30 anos e assegurando a relevância da sua ação, mesmo em tempos conturbados por crises institucionais do País.

Sob a sua liderança, a Fundação, dedicou-se à prestação de cuidados de saúde especializados a mulheres e crianças na Freguesia de Santa Maria de Belém, estudando e aperfeiçoando práticas clínicas e de enfermagem com impactos em ganhos de saúde e no desenvolvimento e bem-estar infantis, reconhecidos e publicados.

Ainda hoje, os serviços prestados na Fundação estão, em grande parte, assentes nos programas de proteção de saúde desenvolvidos pela equipa da Enf.^a. Louise Cunha Teles, que são ainda pioneiros e inspiradores da realidade da saúde pública em Portugal.

Pelo contributo fundamental que a Enf.^a. Louise Cunha Teles teve para o desenvolvimento técnico e humano da Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso, o conselho Geral da Fundação presta-lhe a sua homenagem e aprova um voto de pesar pelo seu falecimento, ocorrido no dia 27 de Março de 2021.

Ponto 1 da Ordem dos trabalhos - Análise discussão e deliberação sobre o Relatório de Gestão e Contas da Fundação relativo ao ano de 2021

De seguida a Sr.^a presidente deu a palavra ao presidente do Conselho Executivo.

O Sr. Eng.^o Jaime Falcão, depois de umas considerações genéricas sobre a vida da fundação em 2020, sugeriu que fosse dada a palavra à Dr.^a Paula Nanita pois é quem está mais envolvida na gestão da atividade da saúde, para que esta pudesse apresentar o essencial do ano 2020.

Pela Dr.^a Paula foi recordado que esse ano foi o primeiro de um novo ciclo estratégico de seis anos no qual a Visão 2025 implica:

- i) a capacidade da Fundação de inovar em continuidade (aproveitando todo o potencial das novas tecnologias);
- ii) a necessidade de um projeto de mobilização da sociedade portuguesa para que esta fique mais ciente e capaz de investir nos primeiros anos de vida, como meio de construção de uma sociedade mais saudável e sustentável.



E para ilustrar o realizado no ano apresentou, no âmbito do primeiro desafio, um conjunto de indicadores 2020: 13.899 consultas realizadas, das quais 7.054 a utentes isentos e bonificados; 85% da atividade dedicada a menores de 18 anos; 37% da atividade na área da intervenção precoce; 6.747 utentes (crescimento de 11% no ano); iniciadas, no ano devido à COVID, tele-consultas, *webinars*, produção de vídeos de educação para a saúde (disponíveis no site e na PEDIPEDIA) e uma Linha de Apoio Psicológico; 77,8 K€ de investimento realizado (numa unidade de esterilização interna, em infraestrutura tecnológica, na prevenção de infiltrações, realização de pinturas, etc...). No âmbito do segundo destes reptos explicou que o CE, em substituição da ação âncora prevista para o efeito no Plano Estratégico 2025 – o lançamento de um Prémio de Desenvolvimento Infantil – e dada a insuficiência dos meios disponíveis no ano, conseguiu posicionar Portugal para ser objeto de uma campanha europeia (*First Years/First Priority*), ficando encarregue a Fundação da sua liderança em Portugal e, de seguida, apresentou sumariamente as ações previstas para a campanha lançada a 15 de dezembro de 2020 e o elenco dos parceiros já envolvidos na campanha. Referiu ainda a importância de ter sido obtido o Alto Patrocínio de Sua Ex^ª. o Presidente da República.

Relativamente ao desempenho económico-financeiro os membros do CE destacaram: i) os efeitos da COVID particularmente sensíveis nos desvios das rubricas Matérias-Primas e saldo das Imparidades; ii) a redução do apoio de mecenato em 24% no ano; iii) a razoável manutenção do nível de receitas geradas pelo Amoreiras 19 e pela atividade de saúde; iv) a elasticidade demonstrada pela instituição que conseguiu, num ano particularmente adverso para todos, reduzir custos em 7,8%, percentagem superior à redução evidenciada pelo conjunto das receitas- de 6,4%. Do conjunto destes factos foi possível obter um resultado líquido de exercício duplicado face ao orçamentado e ainda melhor do que o obtido no ano anterior.

Voltou ao uso da palavra o Eng^º. Jaime Falcão que disse: a FNSBS ao participar em organizações internacionais que têm o desenvolvimento infantil como prioridade pretendeu integrar grupos de opinião com interesses similares e criar oportunidades para elevar esta questão dentro da sociedade Portuguesa. Ao ser convidada para dinamizar a campanha “primeiros anos – a nossa prioridade” em Portugal, estas instituições reconheceram a qualidade do trabalho desenvolvido neste âmbito pela FNSBS ao longo de quase sete décadas, a validade do percurso efetuado nos últimos anos e a estratégia de desenvolvimento preconizada para a atuação da Fundação como agente de transformação da sociedade portuguesa. É com muito orgulho que estamos empenhados na liderança desta campanha, que conta já com a adesão de inúmeras organizações particulares e oficiais. Contamos contribuir fortemente para que o tema do desenvolvimento infantil seja uma prioridade social, apoiado em



políticas, práticas e mecanismos de apoio que garantam a todas as crianças os mesmos cuidados e as mesmas oportunidades de desenvolvimento do seu potencial. Em particular, importa despertar a nossa sociedade para a importância do ambiente em que se desenvolvem os primeiros 1000 dias de todas as crianças, sabido que este período é crítico para o seu desenvolvimento sustentado enquanto cidadãos e seres humanos. A FNSBS há 70 anos que tem este mesmo objetivo, de materializar esta visão de que é fundamental investir nos primeiros anos de vida e, por isso, a atualidade e relevância desta visão, e da missão e ação da FNSBS, não poderia ser melhor comprovada do que pela existência desta mesma preocupação a nível europeu.

Seguidamente O Eng.º Jaime Falcão, referindo-se ao edifício Amoreiras 19, comentou que o edifício continua com uma boa taxa de ocupação, superior a 90%, o que é muito importante para a sustentabilidade da FNSBS. O efeito “Covid” criou um conjunto de situações de preocupação quanto à estabilidade de alguns inquilinos e a FNSBS foi pro-ativa no estabelecimento de acordos de moratórias parciais de rendas com o objetivo de assegurar a estabilidade dos inquilinos. Esta ação parece ter dado os seus frutos, já que as receitas do edifício se mantiveram e mantêm bastante estáveis. Contudo, referiu também que é importante acompanhar de perto esta situação, pois vários inquilinos com acordos poderão ter dificuldade em honrar os mesmos se a situação de normalidade não for reposta a curto prazo. A FNSBS tomou algumas providências neste sentido, nomeadamente constituindo imparidades para os casos em que a cobrança de valores de renda diferidos por acordo possa vir a ser mais difícil, ou impossível.

Seguiu-se um período de pedidos de esclarecimentos:

A Sra. Presidente do CG solicitou esclarecimentos adicionais sobre a dinâmica de evolução dos utentes bonificados e isentos, a distribuição das consultas por especialidade ou programa e o peso relativo da despesa com os profissionais de saúde face ao conjunto da despesa de pessoal. O CE respondeu genericamente a estas questões, afirmando a tendencial estabilidade da composição dos utentes, não obstante o seu crescimento anual e assinalando as dinâmicas de crescimento no ano das áreas de saúde infantil, pedopsiquiatria, saúde adolescente e saúde da maternidade. Salientou ainda que a despesa com o pessoal de saúde se encontra sobretudo concentrada nos FSE ao nível dos honorários, que tal como consta do RGC ascendem a 244 mil €, tendo reduzido no ano 15%, acompanhando a quebra similar de atividade. Mais informou que um maior nível de detalhe está patente na contabilidade analítica que pode ser disponibilizada se os membros do CG assim o desejarem.



O Sr. Eng^o João Moreira Rato interveio para referir mais uma vez a qualidade do relatório quer pelo conteúdo quer pela forma, referir a sua satisfação por constatar o completo controlo das despesas face à variação das receitas orçamentadas. Especificamente em relação à gestão do prédio das Amoreiras referiu que, dadas as dificuldades que o sector atravessa por redução da atividade económica devida à pandemia, foi notável a "ginástica" feita para manter as receitas muito próximas do orçamento, apesar das necessárias imparidades criadas das quais certamente muitas serão revertidas.

Ponto 2 da Agenda - Designação dos membros do Conselho Fiscal para o mandato de 2021 a 2025.

Entrando no ponto 2 da Agenda, a Sr.^a Presidente disse que queria apresentar ao Conselho a sua proposta para este ponto, a qual passou a ler:

PROPOSTA

Em cumprimento do art.^o 18 dos estatutos da Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso venho propor ao Conselho Geral da Fundação as seguintes pessoas para o exercício das funções do Conselho Fiscal da Fundação no mandato 2021 a 2025:

Presidente: Prof. Dr. Diogo Freitas Branco Pais

Vogal – Dr. Rui Gouveia

Vogal - Eng^a Hugo Alexandre Lopes Pinto

Lisboa 13 de Abril de 2021

Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira

Posta esta proposta à discussão e votação foi a mesma aprovada por unanimidade do conselho Geral.

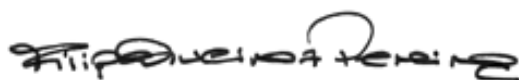
Ponto 3 da Agenda – Outros assuntos

Pediu novamente a palavra o Eng.^o Jaime Falcão dizendo que, no contexto da campanha em curso já referida, era de ressaltar a importância de contar com a União das Misericórdias como parceira da mesma, pela relevância desta instituição em Portugal, como agregadora da vontade de servir das Misericórdias espalhadas por todo o país. Através delas a campanha irá ser disseminada por todas as comunidades locais em que as Misericórdias se inserem. Dirigiu, por isso, um agradecimento especial ao Dr Manuel Lemos aqui presente enquanto líder da União das Misericórdias pelo seu apoio a esta campanha.

O Dr. Manuel Lemos agradeceu e disse que era um orgulho para a União das Misericórdias participar ativamente nesta campanha pela importância do tema em causa que é tão querido no seio das Misericórdias, que dedicam uma grande parte do seu esforço e da sua obra à proteção das crianças e à promoção das condições de vida das suas famílias e do seu ambiente familiar.

Não havendo mais nada a tratar a Srª. Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão pelas 17.00 horas da qual se elabora a presente ata que vai ser elaborada e assinadas pelos membros do Conselho Geral.

O CONSELHO GERAL



(Filipa Mendes de Almeida Queiroz Pereira)

(Manuel Augusto Lopes de Lemos)

(Maria Margarida Gama Mendonça Simões Manaia)

(João Rodrigo Appleton Moreira Rato)

(Maria Posser de Andrade)

(Duarte da Cunha)

(Manuel Custódio de Oliveira)